

Estruturação intra-urbana na região do Distrito Federal e entorno: a mobilidade e a segregação socioespacial da população

Maria Célia Silva Caiado*

O objetivo do artigo é avaliar as alterações na distribuição e mobilidade espacial da população, que podem ser associadas ao processo de urbanização e estruturação intra-urbana na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – Ride, envolvendo, além do Distrito Federal, municípios pertencentes aos Estados de Goiás e Minas Gerais. A Ride apresenta especificidades relacionadas ao processo de desenvolvimento econômico, à ocupação territorial e à gestão urbana, que a diferenciam das demais aglomerações urbanas e regiões metropolitanas nacionais, principalmente no que se refere às possibilidades de atuação estatal na gestão urbana, pelas peculiaridades do processo de ocupação territorial do Distrito Federal – cidade planejada para ser pólo de desenvolvimento e sede administrativa nacional. Essas especificidades, no entanto, não foram capazes de promover a apropriação igualitária das vantagens locacionais do espaço urbano, fazendo com que a configuração socioespacial da região se assemelhasse às encontradas nas demais aglomerações urbanas e metrópoles nacionais, principalmente no que diz respeito às desigualdades no processo de distribuição socioespacial da população.

Palavras-chave: Mobilidade intra-urbana. Distribuição espacial da população. Estruturação urbana.

Introdução

O processo brasileiro de expansão urbana apoiou-se em uma sociedade com distribuição de renda bastante desigual, tendo como resultado a concentração de renda e população nas *grandes* cidades, surgindo uma estrutura urbana fragmentada social e espacialmente, com generalização das periferias urbanas, principalmente – mas não apenas – nos grandes centros urbanos.

A década de 80 foi marcada pela perda do dinamismo econômico, acompanhado

da precarização das relações de trabalho e desassalariamento da força de trabalho, ampliando o setor informal e gerando a informalização nas empresas capitalistas (Baltar et al., 1996).

A pobreza urbana surge como fenômeno generalizado, resultante de processo de urbanização brasileiro, principalmente nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, ainda que resguardadas as diferenças regionais entre o Nordeste e o Sul do país, revelando de maneira indiscutível as desigualdades sociais (Rocha, 1994).

* Arquiteta, Doutora em Demografia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, pesquisadora colaboradora no Núcleo de Estudos Populacionais – Nepo, da Unicamp, e do Núcleo de Economia Social Urbana e Regional do Instituto de Economia da Unicamp.

As pesquisas mais recentes sobre estruturação do espaço urbano, no cenário internacional e também no Brasil, têm se desenvolvido principalmente a partir da análise das transformações na estrutura produtiva, relacionadas a uma nova etapa da acumulação capitalista e seus efeitos na configuração socioespacial das cidades. O paradigma das cidades globais tem sido a base para a análise das transformações recentes na estrutura social e espacial das cidades (Sassen, 1991; Marcuse, 1987; Van Kempen e Marcuse, 1997; Borja e Castells, 1997).

A partir dessa formulação teórica, surgem conceitos e expressões como: *cidade dual*, *metrópoles fragmentadas*, *cidade partida*, *cidade de duas velocidades*, entre outros. A segregação socioespacial dos segmentos populacionais de menor poder político e econômico, em áreas específicas do território intrametropolitano – onde o acesso à moradia, à infra-estrutura urbana e aos serviços básicos é restrito, muitas vezes implicando grandes deslocamentos diários para o atendimento das demandas por trabalho, educação, saúde, etc. –, constitui a principal faceta espacial da exclusão social a que estão submetidos esses segmentos populacionais.

Entre as grandes cidades e metrópoles nacionais, Brasília destaca-se não tanto pelas especificidades relacionadas ao seu processo de criação e construção, mas principalmente pelas possibilidades de gestão urbana geradas pela quase inexistência de antecedentes relacionados à ocupação territorial urbana e pela propriedade pública de grande parte da terra destinada à nova capital.

No entanto, no decorrer do seu processo de construção e consolidação como sede de metrópole, tornam-se visíveis as contradições inerentes à organização social

brasileira, passando de cidade que pretendia ser socializante na distribuição de pessoas e atividades a uma estrutura intra-urbana fortemente marcada pelo processo de segregação socioespacial da população. A propriedade pública da terra urbana, em vez de se constituir em instrumento distributivo, passa a funcionar como ferramenta de ocupação seletiva, instituindo a *segregação planejada* e transformando Brasília na *capital do controle e da segregação social*.¹

Evidentemente, apesar das especificidades, o processo de estruturação urbana e distribuição populacional do Distrito Federal e Entorno não pode ser dissociado daqueles de urbanização e desenvolvimento nacional. A configuração socioespacial resultante do processo de urbanização não poderia ser muito diferente das encontradas nas demais metrópoles nacionais, uma vez que está submetida ao mesmo processo econômico (regime de acumulação) e à mesma formação social.

Processo de ocupação e estruturação intra-urbana na Ride

A constituição da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – Ride

A Ride² é composta pelo DF, pelos municípios goianos de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa e pelos municípios mineiros de Unai e Buritis.³

O desenvolvimento e a configuração espacial da região foram fortemente

¹ Termos utilizados como títulos de textos escritos por Campos, N. e Gouvêa, L.A. (Paviani, 1991).

² A Constituição Federal, ao atribuir aos Estados a institucionalização de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, não previu a possibilidade de o fenômeno metropolitano envolver mais de uma UF. Por esse motivo, o Congresso Nacional, em 1998, instituiu nova figura jurídica – a Região Integrada de Desenvolvimento (Ride), para possibilitar a articulação de ações envolvendo a gestão de território em áreas que incluem mais de uma UF. Além da Ride-DF, criada em 1998, atualmente existem a Ride Terezina-Timon (PI e MA) e a Ride Petrolina-Juazeiro (PE e BA).

³ Além destes, deverá ser incluído, na área da região institucionalizada, o município mineiro de Cabeceira Grande, desmembrado de Unai em 1997 e que é limítrofe ao Distrito Federal, provavelmente excluído por engano.

influenciados pela baixa inserção na economia nacional e pelo fraco dinamismo econômico existente antes da construção de Brasília. Assim, a cidade planejada inseriu-se numa região cujos municípios tinham economia baseada em atividades mineradoras e na pecuária e apresentavam configuração espacial bastante dispersa.

A fragilidade econômica de Brasília, com uma precária base primária e secundária, faz com que a capital não exerça forte função econômica polarizadora e de integração regional. Entretanto, a infraestrutura de transportes, energia e comunicações desempenhou papel fundamental no desenvolvimento regional, incentivando a implantação de atividades econômicas em áreas além da região de influência direta da capital. Antigos pólos regionais, como Anápolis e Goiânia, tiveram seu desenvolvimento avançado pela criação de Brasília.⁴

Assim, a concentração de funções administrativas em Brasília e a grande transferência de recursos fiscais por ela recebida fazem com que a capital exerça uma função terciária extremada, transformando-a num grande mercado, inclusive para os principais pólos nacionais, e atraindo população em busca de emprego e serviços. Ao mesmo tempo, os núcleos preexistentes localizados no entorno tiveram suas antigas funções enfraquecidas e passaram a exercer importante papel na absorção dessa população atraída para a capital.

Com o intuito de expressar a divisão funcional estabelecida no processo de estruturação interna da região, serão utilizados, neste artigo, três diferentes recortes espaciais, abrangendo os municípios que compõem a Ride. Será denominado *Entorno Imediato* o conjunto de municípios goianos vizinhos ao DF e que tiveram seus processos de ocupação e crescimento demográfico diretamente relacionados à expansão urbana do DF: Luziânia e seus desmembramentos – Cidade Ocidental, Novo Gama, Valparaíso de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Águas Lindas de Goiás (desmembrado de Santo Antônio do

Descoberto em 1997) –, todos localizados a sudoeste do DF, e o município de Planaltina de Goiás, situado na direção nordeste. Esses municípios, além do DF, apresentam as maiores participações no total da população regional e também as mais elevadas densidades demográficas, sendo o mais denso deles Valparaíso de Goiás, com 1.555,63 habitantes por km².

Os demais municípios que compõem a Ride, e que não sofreram impacto direto do processo de expansão urbana periférica do DF, serão denominados *Entorno Distante*.

Os municípios pertencentes à Ride apresentam perfis bastante diferenciados no que se refere a centralidade, capacidade de atração, retenção de população e, conseqüentemente, taxas de crescimento populacional. Os que se localizam no *Entorno Imediato*, principalmente no limite sul do quadrilátero do DF, têm maiores taxas de crescimento populacional, mais altos níveis de centralidade, maiores volumes de migração e as mais elevadas densidades habitacionais.

Os demais municípios não influenciados diretamente por esse processo, e que possuem como base econômica o setor agropecuário, tiveram taxas de crescimento e densidades demográficas menores. Alguns, como Pirenópolis e Mimoso de Goiás, registraram taxas de crescimento negativas, no período mais recente. Chama atenção o município Mimoso de Goiás, emancipado em 1989, que, a partir de 1991, apresentou taxas negativas de crescimento.

Entre 1970 e 2000, todo o entorno aumentou sua participação no total da região, sendo o *Entorno Imediato* o principal responsável. O entorno, na média, além de aumentar sua participação no total da população da Ride, apresentou expansão da taxa de crescimento médio anual, que se elevou, no último período, para 5,5%. Apesar da redução no ritmo de crescimento do *Entorno Imediato* para 8,3%, entre 1991 e 2000 (9,2% no período 1980-1991 e 10,1% de 1970 a 1980), essa taxa é significativamente alta, quando comparada à média regional.

⁴ Para maiores detalhes, ver Guimarães e Leme (2002).

TABELA 1
População e taxas de crescimento
Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – Ride – 1970-2000

Áreas	População				Participação (%)			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Brasília	537.492	1.176.908	1.601.094	2.051.146	70,54	77,43	74,13	69,47
Entorno Imediato ⁽¹⁾	40.971	107.530	283.384	582.056	5,38	7,07	13,06	19,72
Entorno Distante	183.498	235.543	277.231	324.994	24,08	15,50	12,81	10,81
Total entorno	224.469	343.073	560.615	907.050	29,46	22,57	25,87	30,53
Total da Ride	761.961	1.519.981	2.161.709	2.958.196	100,00	100,00	100,00	100,00

(continua)

(continuação)

Áreas	Taxas de crescimento (% a.a.)		
	70-80	80-91	91-00
Brasília	8,15	2,84	2,79
Entorno Imediato ⁽¹⁾	10,13	9,21	8,33
Entorno Distante	2,53	1,49	1,78
Total entorno	4,33	4,57	5,49
Total da Ride	7,15	3,25	3,55

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000.

Nota: ⁽¹⁾ O Entorno Imediato é formado pelos municípios de Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Luziânia, Novo Gama, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás e o Entorno Distante pelos demais municípios que compõem a Ride.

O DF apresentou forte arrefecimento no ritmo do crescimento, principalmente em relação ao período 1970-1980, quando os fluxos migratórios dirigidos às grandes cidades se intensificaram e o processo de urbanização nacional foi mais acelerado (Tabela 1).

O incremento populacional da região, de 1970 a 2000, foi de 2.193.235 habitantes, 1.513.654 localizados no DF e 682.581 no entorno, sendo que, desses últimos, 79,2% no *Entorno Imediato*. O crescimento regional mais recente reforçou a formação periférica, tanto no interior do DF como nos demais municípios que integram a Ride, e a distribuição espacial da população tem concentrado habitantes na direção sudoeste, definida como de crescimento periférico.

A configuração econômica atual da Ride reflete, em parte, a trajetória econômica do Centro-Oeste, baseada na mineração e, após, na pecuária. A agropecuária foi a atividade predominante para o conjunto de

municípios que integram a região, em dois períodos distintos de inserção regional na economia nacional. Em alguns predomina a agricultura de subsistência, com mão-de-obra familiar, enquanto em outros se observa a ocorrência de agropecuária comercial, com maiores índices de produtividade e valores de produção mais significativos.

Estruturação funcional na Ride⁵

A estruturação intra-urbana na região, no âmbito da divisão espacial (e social) do trabalho no interior da metrópole, apresenta especificidades expressas em espacialidades da atividade econômica, que não permitem compará-la a nenhuma outra metrópole nacional, em relação não só ao seu processo inicial de ocupação, a partir da construção de Brasília, mas, principalmente, à sua estruturação interna. Inicialmente é preciso lembrar que o Distrito Federal é uma Unidade da Federação, integrada por 24

⁵ Neste artigo será considerado intra-urbano o espaço interior à Ride, formado pelo DF e municípios diretamente envolvidos no processo de expansão urbana. Esta conceituação baseia-se na formulação de Villaça (2001), sendo uma expressão criada para diferenciar os enfoques específicos do processo de estruturação interna das cidades e metrópoles, diferenciando-o assim da expressão espaço urbano utilizada pelas teorias e estudos sobre estruturação espacial regional.

Regiões Administrativas (RAs),⁶ que abrigam funções e contingentes populacionais que permitem classificá-las como cidades. Além do DF, integram a região municípios de dois outros Estados (GO e MG), o que faz com que a articulação entre poderes que exercem a gestão urbana na região envolva três diferentes Unidades da Federação.

Os elementos espaciais da estrutura intra-urbana assumem características específicas na região, formada pela Região Administrativa de Brasília – onde se localiza o centro principal (RA I – Brasília), residem 6% da população regional e onde está o Plano Piloto – e por uma extensa periferia, constituída pelas demais RAs, que concentram a maioria da população do DF (62,7%) e alguns municípios goianos limítrofes, localizados principalmente no quadrante sudoeste, assumindo a função de absorvedores de população que trabalha no centro do DF e não consegue inserção no mercado habitacional desta região central, que juntos concentram 84,1% da população regional.

É importante esclarecer que, aqui, faz-se clara a distinção entre região e metrópole.⁷ Considera-se região o conjunto formado por todos os municípios integrantes da Ride, o que equivaleria a uma região metropolitana. Entretanto, vários municípios pertencentes à Ride não participam dos processos socioeconômicos e socioespaciais originados no DF.

A RA de Brasília, notadamente o Plano Piloto, é o centro funcional principal (núcleo), concentrador de atividades geradoras de empregos⁸ e estruturado a partir de setores que concentram diferentes usos, tais como residenciais (Super Quadras Norte e Sul), atividades de prestação de serviços de lazer e hospedagem (Setor de Diversões Sul e Setor Hoteleiro Sul) e comerciais (Setor Comercial Sul).

As demais RAs e os municípios goianos de Águas Lindas de Goiás, Santo Antônio do Descoberto (limitrofes à divisa oeste do DF), Planaltina de Goiás (limitrofe à divisa nordeste), Novo Gama, Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental (limitrofes à divisa sudoeste) e Luziânia assumem, principalmente, função similares às de cidade-dormitório, com baixo dinamismo econômico marcado pela pouca diversidade das atividades de comércio e serviços, sendo predominante o uso residencial. Essas localidades apresentaram, na última década, as maiores taxas de crescimento populacional da região, indicando que o processo de periferização da população continua intenso.

A RA II – Taguatinga e a RA X – Guará podem ser consideradas potenciais sub-centros regionais, concentrando os maiores números de emprego depois do Plano Piloto, embora as participações sejam pequenas.⁹ Taguatinga, devido à maior diversidade de atividades econômicas e à

⁶ Até 2003 eram 19 RAs (RA I Brasília, RA II Gama, RA III Taguatinga, RA IV Brazlândia, RA V Sobradinho, RA VI Planaltina, RA VII Paranoá, RA VIII Núcleo Bandeirante, RA IX Ceilândia, RA X Guará, RA XI Cruzeiro, RA XII Samambaia, RA XIII Santa Maria, RA XIV São Sebastião, RA XV Recanto das Emas, RA XVI Lago Sul, RA XVII Rancho Fundo, RA XVIII Lago Norte e RA XIX Candangolândia). Naquele ano, foram criadas quatro novas – Águas Claras (até então fazia parte da RA de Taguatinga), Varjão (fazia parte do Lago Norte), Sudoeste (fazia parte da RA do Cruzeiro) e Riacho Fundo II –, perfazendo um total de 23. Em 2004, foi criada a RA do Park Way (24^a), desmembrada do Núcleo Bandeirante.

⁷ Não se pode confundir metrópole com região metropolitana. Metrópole é um conjunto de municípios que apresentam intensa integração de funções urbanas (trabalho, habitação, lazer, educação, etc.) e integração da malha urbana, enquanto região metropolitana é a denominação constitucional de uma das formas de organização territorial dos Estados. É importante esclarecer que a Constituição Federal previu, no parágrafo 3º do artigo 25, que “os estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituída de agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.” (BRASIL, 1988). Em outras palavras, a Constituição Federal não previu a possibilidade de organização territorial envolvendo mais de um Estado. Por esse motivo, foi criada nova figura jurídica denominada Região Integrada de Desenvolvimento.

⁸ Segundo os dados da Rais/MT, em 2000, 94,22% das pessoas empregadas pelo mercado formal da região tinham como local de emprego o DF e, no interior do DF, a RA de Brasília concentrava 76,92% dos empregos do DF. As RAs mais periféricas, de ocupação recente e que apresentaram maiores taxas de crescimento, detinham, em 1991, pouco mais de 0,51% dos empregos: Recanto da Emas (0,23%); Riacho Fundo (0,06%); Santa Maria (0,24%); e São Sebastião (0,08%).

⁹ Em 1999, segundo os dados da Rais/MT, trabalhados por Holanda et al. (2000), o Plano Piloto concentrava 76,9% dos empregos, enquanto Taguatinga abrigava 10% e Guará 4,4% do total.

concentração populacional, tem sido regularmente qualificada como potencial subcentro regional.¹⁰

Processo de ocupação, migração e segregação socioespacial na região

No período de construção e implantação, como também no de consolidação urbana da nova capital, o Estado foi o grande promotor da ocupação do solo, atuando como planejador, construtor e financiador da ocupação, sendo ainda grande proprietário de terras. Tornou-se, assim, o principal agente do processo de urbanização da região, o que diferencia a ocupação em relação às demais cidades brasileiras em alguns aspectos da gestão do solo urbano.¹¹

A especificidade da atuação estatal no processo de ocupação territorial do DF deve-se mais às condições excepcionais de posse pública da terra e às possibilidades de controle sobre o uso e ocupação do solo, do que à sua atuação efetiva na mediação ou atenuação dos conflitos gerados nas disputas pelo acesso à terra urbana dos diferentes segmentos populacionais.

É importante lembrar que os princípios estabelecidos no projeto de criação da nova capital – inseridos no contexto político e ideológico de superação do atraso econômico nacional, pela modernidade, e cuja maior expressão era o projeto urbanístico extremamente setorizado –, associados à posse estatal da terra urbana e rural do DF, geraram uma expectativa de gestão urbana baseada no planejamento e com atuação estatal capaz de determinar o ritmo, a direção e a qualidade do crescimento urbano.

A questão da posse do Estado, sem dúvida, foi um instrumento decisivo da atua-

ção estatal no processo de ocupação urbana do DF, o que certamente não impediu as desigualdades no acesso às localizações urbanas. A questão relativa à multiplicidade de regimes de propriedade das terras¹² constituiu-se em prerrogativa para a ilegalidade no acesso à terra urbana, sendo utilizada como instrumento pelo mercado imobiliário, em resposta às tentativas de controle da ocupação por parte do Estado. Destarte, no período de construção e implantação do DF, o Estado manteve o monopólio sobre a terra, cabendo-lhe a decisão sobre a oferta e o parcelamento de áreas disponíveis para a ocupação.

A ocupação inicial efetivou-se a partir da premissa básica que determinaria a atuação estatal no processo de ocupação territorial: a preservação do núcleo central, formado pelo Plano Piloto. No entanto, como resposta às tentativas de controle do Estado, ao mesmo tempo em que se implantava o Plano Piloto, a pressão populacional exercida principalmente pelos operários que construíam a nova capital obrigava o Estado a reconhecer a força dos movimentos sociais, e como resposta formava-se a periferia, constituída pelas cidades-satélites, implantadas a partir da oferta de lotes pela Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital), com o objetivo de abrigar não só o contingente de população operária migrante, mas também parte dos funcionários públicos com posições mais baixas na hierarquia funcional, sem acesso às terras localizadas no Plano Piloto.

No processo de ocupação periférica, surgiram inicialmente as Regiões Administrativas de Taguatinga (1958), Sobradinho (1960), Gama (1960), Guará (1966) e Ceilândia (1970), inaugurando assim o

¹⁰ Taguatinga e Ceilândia, cidades-satélites vizinhas e conurbadas, concentravam, em 2000, 518 mil habitantes, 28,7% da população do DF.

¹¹ A análise do processo de ocupação do DF e entorno teve por base as conclusões da pesquisa *Gestão do Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano*, realizada em 1997 (Ipea, USP, UnB, UFRJ 2001).

¹² A Constituição de 1891 estabeleceu que as terras devolutas da União passariam a pertencer aos Estados, exceto as áreas incluídas no perímetro de 14.400km² destinado à implantação da capital no Planalto Central, a serem demarcadas futuramente. Um Decreto-Lei promulgado em 1967 determinou que fossem respeitados os direitos dos proprietários particulares, cujas posses constassem nos registros paroquiais, ou fossem baseadas em ações de usucapião até 01/01/1917, ou em documento de venda ou doação feita pela União após a Constituição de 1891. Assim, a implantação do DF não extinguiu a propriedade privada da terra, resultando na existência de diferentes naturezas de propriedade, com terras públicas, via desapropriação; terras particulares; e terras públicas e particulares em comum.

polinucleamento característico da estruturação urbana inicial da região. Esses núcleos, denominados cidades-satélites, foram previstos no projeto urbanístico para serem implementados a partir da saturação do limite populacional estabelecido para o Plano Piloto, sendo que a antecipação da sua implantação em áreas distantes do núcleo principal gerou grandes vazios urbanos e deu início ao processo de ocupação gerenciado pela atuação estatal, com clara divisão social do espaço urbano, que permeou o processo de estruturação urbana no DF e entorno.

Entre 1960 e 1970, a população do DF mais do que triplicou, passando de 140,1 mil para 537,5 mil habitantes. A taxa média anual de crescimento (14,9%) estava fortemente influenciada por intenso processo migratório, representando 83% do incremento populacional, formado em grande parte pelo contingente de funcionários federais transferidos da antiga capital e de trabalhadores da construção civil (Tabela 2).

Durante a década de 70, ocorreram a consolidação de Brasília como centro urbano e o início da fixação de parte do contingente migratório nos municípios limítrofes ao DF. Iniciou-se, assim, a constituição de uma aglomeração urbana, com a conurbação entre alguns municípios e algumas cidades-satélites. Concomitantemente à ocupação de municípios limítrofes, começou o processo de ampliação da área de influência de Brasília, marcado pela expansão dos setores comercial e de prestação de serviços. A

capital nacional, como pólo regional, passou a oferecer mais infra-estrutura social, com melhores serviços nas áreas de educação, saúde, etc., ampliando, assim, a atração de mais população.

Durante aquele período, a ocupação do solo urbano no Distrito Federal foi condicionada pela preocupação com a preservação de recursos hídricos, uma vez que o DF localiza-se estrategicamente em área de nascentes, tributárias de importantes bacias hidrográficas dos rios Paraná, Tocantins e São Francisco. A ocupação, submetida inicialmente ao Planidro (Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle da Poluição do DF), criado em 1970, consolidou-se através da atuação do poder público, localizando as cidades-satélites, na medida do possível, fora da Bacia do Paranoá, com vistas à preservação do meio ambiente, ao mesmo tempo em que era reforçado o modelo de ocupação territorial seletivo, com uma clara divisão social do espaço.

O Planidro recomendou a não ocupação dos espaços livres na Bacia do Paranoá, estabeleceu um limite populacional para aquela área e definiu o Zoneamento Sanitário para o DF. Formou-se, assim, o Anel Sanitário de Brasília, delimitado pela Estrada Parque do Contorno, contornando a Bacia do Paranoá, o que afastou as pressões dos operários e dos agentes imobiliários por ocupação urbana.

A definição do plano e a implementação do anel sanitário estabeleceram a direção da atuação estatal na estruturação urbana, acentuando a seletividade espacial através

TABELA 2
Componentes do crescimento demográfico
Distrito Federal – 1960-2000

Anos	População total	Incremento populacional total	Taxa média de crescimento (% a.a.)	Crescimento		Participação relativa do crescimento migratório no crescimento populacional (%)
				Natural (nascimentos-óbitos)	Migratório (saldo migratório)	
1960	140.164	-	-	-	-	-
1970	537.492	397.328	14,39	67.313	330.015	83,10
1980	1.176.935	639.443	8,15	228.051	411.392	64,30
1991	1.601.094	424.159	2,84	326.376	97.783	23,10
2000	2.051.146	450.052	2,79	325.971	124.081	27,60

Fonte: Nogalles (2004). Estimativa baseada nas taxas de natalidade e mortalidade da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

da valorização do Plano Piloto como sede com melhores condições de habitação, infra-estrutura e concentração de atividades geradoras de empregos, em detrimento dos demais núcleos urbanos, onde a qualidade de vida era inferior e a ocupação precária. Os núcleos urbanos preexistentes à definição do quadrilátero do DF (Planaltina e Brazlândia) foram desconsiderados no plano e mantidos no isolamento.

A premissa da preservação do meio ambiente tornou-se básica para a gestão do uso e ocupação do solo no DF. A partir de então, vários planos foram elaborados com o objetivo de preservar a Bacia do Paranoá e dar continuidade ao processo de espraiamento da ocupação, por meio da criação de novas cidades-satélites, afastando as pressões por ocupação.

O cenário político nacional vivia sob a ideologia estabelecida nas diretrizes definidas pelo segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que vigeu entre 1975 e 1979 e previa a articulação de programas regionais (Pergerb e Polocentro)¹³ para o desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília. O planejamento era a resposta para as demandas e pressões populares e os planos constituíam o instrumento da ação estatal. Nesse contexto, o Plano Estrutural de Organização Territorial – Peot, elaborado em 1977, estabeleceu rígidas limitações à abertura de novos espaços urbanos, através da preservação principalmente dos mananciais do Descoberto e de São Bartolomeu e da continuidade da preservação da Bacia do Paranoá. Essas restrições à ocupação acabaram por definir o vetor de expansão em direção à região sudoeste do quadrilátero, priorizando a ocupação entre os núcleos do Gama e Taguatinga – única faixa de terra não protegida pelos instrumentos de controle definidos pela política de uso e ocupação do solo urbano.

No período de 1970 a 1980, a população do DF passou de 537,5 mil para 1.176,9 mil habitantes, crescendo a uma taxa média anual de 8,15%. A migração teve grande influência nas taxas de crescimento, responsável por 64,3% do incremento populacional no período (Tabela 2).

Na mesma década, a população dos municípios limítrofes passou de 50,2 mil para 120,8 mil habitantes, com taxa média de crescimento anual de 9,19%. A ocupação urbana ocorreu de forma dispersa em núcleos distantes do centro principal, com grandes vazios entre eles. A RA de Taguatinga já concentrava população, juntamente com a RA de Brasília, que abrigava o Plano Piloto e adjacências.¹⁴

Como já foi apresentado, as cidades-satélites surgiram na década de 60, depois de acelerado processo de crescimento do Distrito Federal, chegando ao início dos anos 80 com a ocupação próxima ao limite. A pressão populacional pela ocupação de áreas com infra-estrutura gerou a subdivisão de lotes – resultando na constituição de locações de fundo de quintal nas cidades-satélites ocupadas – e a proliferação de favelas no centro e no entorno da aglomeração.

Em resposta ao explosivo crescimento das favelas e ocupações ilegais, o governo do DF criou, em 1982, o Grupo Executivo para Assentamento de Favelas e Ocupações (Gepafi), visando a urbanização dessas áreas, onde fosse possível, a transferência da população invasora para áreas próximas, quando a ocupação no próprio local da invasão não fosse possível, ou a transferência para áreas previstas no Peot.

Até 1986, a atuação do Gepafi representou alteração em relação à postura da ação estatal, com urbanização de algumas favelas. Assim, ocupações como Vila Metropolitana, Candangolândia, Vila Planalto, entre outras, foram urbanizadas e a população fixada no local. Com a

¹³ Pergerb – Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília, criado através da Emenda Ministerial – E.M. 04/1975, e Polocentro – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (1975) – programa de ação regional do II PND, que teve como principais medidas a concessão de crédito subsidiado e a construção de infra-estrutura básica, como estradas e eletrificação rural. Hogan (2002).

¹⁴ O Guará e o Núcleo Bandeirantes até então integravam a RA de Brasília.

mudança de governo, voltou a política de erradicação de favelas, com transferência de população para áreas periféricas.

A Constituição de 1988 possibilitou a definição de novas normas relativas à política urbana, estabelecendo novos instrumento de gestão urbanística. No DF, além da elaboração da Lei Orgânica e do Plano Diretor, as relações de poder foram alteradas em função da instalação do Poder Legislativo local que, a partir de 1990, passou a legislar concorrentemente com o Poder Executivo, sobre gestão territorial.

A partir da nova correlação de forças, e numa tentativa de resolver ou atenuar as ocupações e as sublocações, o governo do DF passou a atuar por meio da criação e distribuição de lotes semi-urbanizados para a população de baixa renda, formando novas cidades-satélites (Samambaia, Paranoá e Santa Maria), expandindo a maioria das já existentes e fixando algumas ocupações. Essa atuação resultou na incorporação de novos espaços ao DF: no período de 1977 a 1991, o espaço urbano sofreu acréscimo de 16.888ha, representando 73% de aumento.¹⁵

Durante a década de 80, em todo país ocorreu o fenômeno de desconcentração de população e de atividades econômicas nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, com diminuição da atratividade e dos fluxos migratórios em direção às sedes regionais (Pacheco e Patarra, 2000). Brasília, como sede regional, enfrentou ainda uma situação de redução da oferta de empregos públicos, devido à conclusão do processo de transferência dos órgãos estatais para a nova capital.

Naquele período, a taxa média anual de crescimento populacional do DF caiu para 2,84%, enquanto a dos municípios limítrofes foi de 8,96% (Tabela 2).

A expansão da ocupação nos municípios limítrofes ao DF intensificou-se na década de 90, instaurando o processo de constituição e expansão do entorno regional do DF. Sua formação é diferenciada

das demais periferias metropolitanas, uma vez que teve função eminentemente residencial, com fortes características de municípios-dormitório.

Entre as RAs do DF, segundo dados do censo 2000, as que apresentaram maiores taxas de crescimento populacional, de 1991 a 2000, foram as mais periféricas (Recanto das Emas, Santa Maria, Riacho Fundo e São Sebastião), localizadas na porção sudoeste do quadrilátero, em consonância com a expansão da mancha urbana, que, neste período, ocorreu com maior intensidade na direção dos municípios de Luziânia, Santo Antônio do Descoberto e Planaltina de Goiás.

No entorno regional, houve continuidade no processo de expansão e consolidação, principalmente no limite sul, nos novos municípios de Novo Gama, Valparaíso de Goiás e Cidade Ocidental, todos desmembrados de Luziânia.

A atuação estatal do governo do Distrito Federal na restrição à ocupação em regiões centrais (por meio de controle das áreas de posse pública que seriam disponibilizadas para esta finalidade e de legislações de proteção ambiental) e na repressão à ocupação ilegal, com a remoção de população favelada, sem dúvida foi o principal condicionante da ocupação no entorno do DF.

O poder público municipal nos municípios goianos viu, na ocupação urbana de seus territórios, uma possibilidade de gerar receitas e dinamizar as economias locais, permitindo assim a livre atuação dos empreendedores imobiliários, que passaram atuar na demanda reprimida pela política de ocupação do DF, abrindo e vendendo loteamentos populares, com preços mais baixos e melhores condições de pagamento.¹⁶ Além disso, o governo federal, através do BNH e de outros agentes financeiros da habitação, contribuiu para este processo, com a criação, na década de 80, de três grandes conjuntos habitacionais localizados no município goiano de Luziânia, num total de 4.500 unidades destinadas à

¹⁵ Sobre a expansão urbana no DF, ver Anjos (1991).

¹⁶ Ver Paviani (1987).

população de renda média, com prestações variando de 1 a 2 salários mínimos.¹⁷ Estes três conjuntos deram origem a desmembramentos, na década de 90, constituindo-se em três municípios de mesmo nome: Cidade Ocidental, Valparaíso de Goiás e Novo Gama.

Além da formação de cidades-satélites para assentamento de população removida de áreas de invasão, no início da ocupação de Brasília, em período mais recente, através da criação do Programa Habitacional de Assentamentos de Baixa Renda, em oito anos (1987-1995) foram distribuídos 109.128 lotes residenciais, atendendo cerca de 607.616 habitantes,¹⁸ através da incorporação de novas áreas a alguns núcleos já existentes e da criação de novos núcleos periféricos, que deram origem às RAs de Samambaia, Riacho Fundo, Santa Maria e Recanto das Emas, que apresentaram as maiores taxas de crescimento demográfico do DF, no período de 1996 a 2000. Estas RAs localizam-se próximas à divisa com os municípios goianos, que constituem o entorno regional, reforçando assim o eixo de expansão periférica.

Por estes motivos, a busca por moradias pode ser apontada como o principal elemento condicionante do processo de periferização na região e como principal elemento macroestrutural condicionante da migração intrametropolitana em direção ao entorno. Além disso, a periferização na região foi impactada pela busca por melhores possibilidades de auferir renda, ainda que não seja através de empregos¹⁹ formais (uma vez

que o número de postos de trabalho é bastante reduzido).

*A dinâmica migratória na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e entorno*²⁰

Como já mencionado anteriormente, a ocupação do Distrito Federal e entorno foi fortemente condicionada pela afluência de grandes fluxos migratórios atraídos, no início do processo, pelas oportunidades de emprego geradas pela construção da capital federal. A falta de opção de acesso aos empregos e à renda em suas áreas de origem e as fortes expectativas de novas oportunidades em função da magnitude do projeto nacional de desenvolvimento, representada pela construção de uma cidade a partir de um território desocupado, foram responsáveis pela constante chegada de pessoas à região, movimento que se mantém até os dias atuais.

Apesar de ser um fenômeno característico do processo de urbanização brasileiro, no caso do DF diferencia-se pela magnitude e por sua manutenção, apesar do arrefecimento na década de 80 e da estabilização no período mais recente (anos 90). A oferta de terra urbana para moradia, representada pela ausência de ocupação anterior, deve ter contribuído para a expectativa de melhoria na qualidade de vida da população migrante.

Desde o início do processo de imigração para Brasília, os fluxos de nordestinos,

¹⁷ Idem.

¹⁸ Os números fazem parte de um estudo realizado pelo Ipea, com base nos dados do IPDF/GDF (Ipea, 2000).

¹⁹ A análise dos dados indica que o DF concentrava, em 1999, cerca de 95% dos empregos formais da região, sendo que, desses, 76,4% estavam localizados na RA de Brasília, que abriga o centro principal (Dados Rais/MT).

²⁰ Na análise sobre a migração, foi necessária uma opção metodológica diferenciada para os dados dos Censos Demográficos IBGE 1980 e 1991 e os do Censo 2000. Nos casos em que não for possível identificar a residência anterior (origem por municípios), será adotada a informação referente à data fixa. Para efeito de comparabilidade, nesses casos, será utilizada, para os censos 80 e 91, a informação referente à residência anterior, para os migrantes com menos de cinco anos de residência, e, para o censo 2000, a informação referente ao município de residência em 31/07/1995. Apesar de reconhecer que as informações não são comparáveis em termos de volumes, principalmente nos casos de múltiplos movimentos no período intercensitário, a opção foi feita por ser a única possibilidade de identificar o município de origem dos fluxos migratórios para o censo 2000. A informação referente à data fixa tem como vantagem formal, nos dados demográficos, a determinação clara do período referente à migração. No entanto, no caso da migração intrametropolitana, movimento em que são mais frequentes as reimmigrações de curto prazo, a informação de data fixa tem como desvantagem a perda dos movimentos ocorridos no primeiro quinquênio, além do fato de essa informação considerar apenas as pessoas maiores de cinco anos, o que gerou a necessidade de excluir aquelas com idade inferior a essa faixa etária, nos dados referentes aos censos de 1980 e 1991. Para mais detalhes sobre as diferenças entre esses dois tipos de informação, ver Carvalho (1998).

goianos e mineiros foram predominantes.²¹ Além da atratividade exercida pela existência de grande número de empregos durante a construção da capital, a condição de vida naqueles Estados também contribuiu para a consolidação dos fluxos. Holston (1993), baseado em informações do Censo Demográfico de 1960, aponta que 96% dos migrantes que chegavam em Brasília vinham daquelas regiões (de Estados do Nordeste, do Sudeste, principalmente Minas Gerais, e do Centro-Oeste, especialmente Goiás).²² Segundo o autor, a migração, já naquele período, era predominantemente urbana, sendo que quatro em cada cinco migrantes residiam anteriormente em área urbana.

Entre 1970 e 1980, período de maior dinamismo do processo de urbanização da região, os principais fluxos da migração interestadual continuaram sendo aqueles originados em Estados nordestinos (212 mil), em Goiás (167 mil) e em Minas Gerais (90 mil). No Nordeste, destacam-se os fluxos migratórios do Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia, que apresentaram, em

conjunto, o maior volume de migrantes, 155 mil (Tabela 3).

No período de 1981 a 1991, o volume de migrantes arrefeceu-se (484 mil), mas a taxa anual de migração²³ permaneceu expressiva (3,04%). O fluxo de nordestinos continuou elevado (207,7 mil) e os Estados que mais contribuíram para esse movimento (MA, PI, CE e BA) enviaram, em conjunto, 157,8 mil migrantes – contingente superior ao do período anterior. Maior também foi o contingente vindo das Regiões Norte e Sul, demonstrando ampliação da atratividade exercida pela capital federal. A situação se manteve entre 1991 e 2000, ampliando-se ainda mais os fluxos originados nos quatro Estados nordestinos (MA, PI, CE e BA) e na Região Norte.

O fluxo de migrantes com residência anterior no DF cresceu significativamente, no período 1970-2000, passando de 49 mil, entre 1970 e 1980, para 121,6 mil, de 1981 a 1991, e para 136,7 mil, entre 1990 e 2000, denotando ampliação do fluxo migratório intrametropolitano.

TABELA 3
Volume e taxa média anual de migração, segundo local da residência anterior
Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – Ride – 1970-2000

Local de residência anterior	1970-1980		1981-1991		1990-2000	
	Volume	Taxa (%)	Volume	Taxa (%)	Volume	Taxa (%)
Goiás	166.948	1,55	109.107	0,55	60.248	0,24
Outros do Centro-Oeste	5.497	0,05	6.373	0,03	7.680	0,03
Minas Gerais	90.023	0,84	64.826	0,33	65.307	0,26
Rio de Janeiro	54.324	0,50	25.842	0,13	21.559	0,09
Outros Sudeste	28.031	0,26	22.385	0,11	27.301	0,11
MA/PI/CE/BA	155.014	1,44	157.821	0,79	213.052	0,86
Outros Nordeste	57.001	0,53	49.888	0,25	45.182	0,18
Região Norte	10.833	0,10	24.623	0,12	29.671	0,12
Região Sul	15.433	0,14	17.122	0,09	13.873	0,06
Outros	7.701	0,07	6.125	0,03	23.694	0,10
Total da Ride	590.805	5,94	484.112	3,04	507.567	2,60

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000 (tabulações especiais).

²¹ Antes mesmo da inauguração da capital, durante o processo de sua construção, o recrutamento de trabalhadores que tornariam realidade o projeto do governo federal deu origem a um intenso fluxo migratório, baseado em expectativas supervalorizadas de empregos e melhores condições de vida. As condições especiais do mercado de trabalho e os salários eram o principal atrativo para a população que não encontrava condições satisfatórias de vida em seus Estados de origem. Essas expectativas fundamentavam-se na grande oferta de empregos, em salários mais elevados do que nos locais de origem, na não limitação de trabalho em horas extras e no fato de o treinamento ser realizado no próprio local de trabalho, o que dispensava experiência anterior e possibilitava rápida ascensão profissional, em função das habilidades recém-adquiridas (Holston, 1993).

²² Goiás havia recebido grande fluxo de migrantes na década anterior, pela expansão da fronteira agrícola, o que certamente favoreceu nova etapa migratória em direção à Brasília.

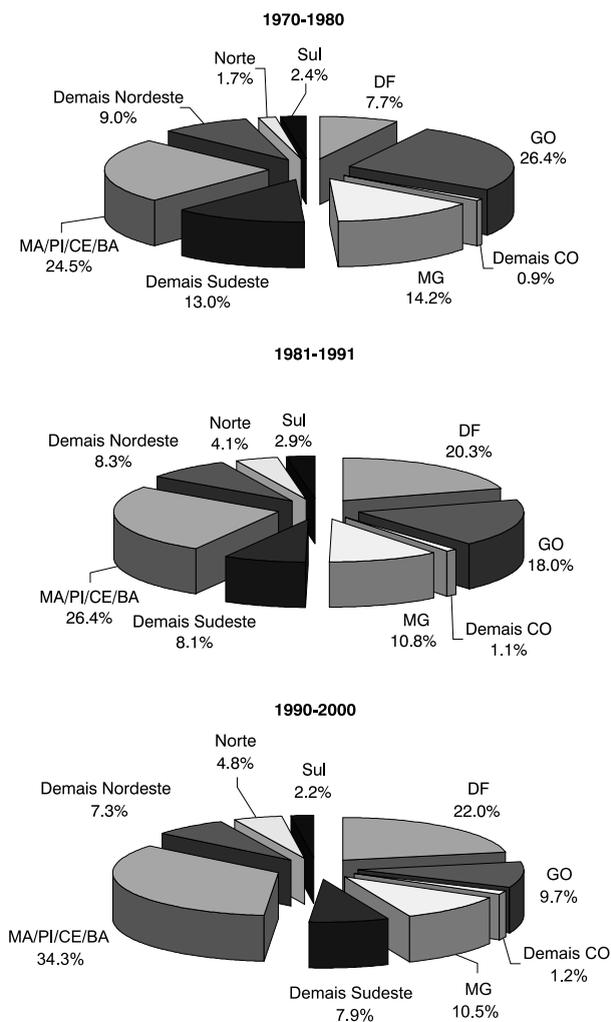
²³ A taxa de migração estabelece uma relação entre o volume do fluxo migratório e a população média da região.

Entre 1970 e 1980, quando o processo de crescimento periférico ainda era incipiente, a participação dos fluxos vindos do DF correspondia a 7,7% do total, enquanto o fluxo de nordestinos para a região representava 35,5%. No período 1981-1991, quando a expansão dos municípios goianos se intensificou e o entorno regional se consolidou, a participação dos fluxos originários do DF passou para 20,3%

do total e a de nordestinos se manteve (35,7%). Entre 1990 e 2000, essas duas migrações aumentaram suas participações para 41,6% e 22,0%, respectivamente (Gráfico 1).

Quando analisado todo o período (1970-2000), observa-se que os fluxos migratórios originários nos demais estados diminuíram e aqueles provenientes de Minas Gerais, Goiás e demais Estados do

GRÁFICO 1
Participação da migração interestadual
Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – Ride – 1970-2000



Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Silva Caiado/Nepo-Unicamp).

TABELA 4
Migração de nordestinos, segundo local de residência atual
Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – Ride – 1970-2000

Local de residência atual	1970-1980		1981-1991		1990-2000		Média de migrantes por ano		
	N. Abs.	%	N. Abs.	%	N. Abs.	%	1970-1980	1981-1991	1990-2000
DF									
Migrantes de MA/PI/CE/BA	147.425	95,1	129.653	82,3	153.363	41,5	14.743	12.965	15.336
Total de nordestinos	200.706	94,7	170.427	82,8	186.364	41,0	20.071	17.043	18.636
Total da Ride									
Migrantes de MA/PI/CE/BA	155.014	73,0	157.457	75,6	369.119	81,3	15.501	15.746	36.912
Total de nordestinos	212.015	100,0	205.848	100,0	454.013	100,0	21.201	20.585	45.401

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Silva Caiado/Nepe-Unicamp).

provenientes do Nordeste para a região. Ao longo do período 1970-2000, o peso da migração de nordestinos para o DF diminuiu de 95,1%, entre 1970 e 1980, para 41,5%, de 1990 a 2000, aumentando a participação deste fluxo na migração interestadual para o total da região.

Outra tendência observada nesse fluxo é a elevação da participação de MA, PI, CE e BA no total da migração de nordestinos, tanto para o DF quanto para o total da região.

No período mais recente (1991-2000), o volume de migrantes nordestinos apresentou elevação, com a entrada de 258.234 pessoas, 40% do total. O *Entorno Imediato* passou a ser o destino de um contingente crescente de nordestinos, ainda que a participação dos que chegam no DF continue elevada, representando 53,6% dos migrantes. Na verdade, essa elevação revela uma nova tendência sobre a migração de longa distância, representada pela intensificação dos volumes de nordestinos que chegam diretamente para os municípios do entorno regional (Tabela 4).

Esse fato certamente está associado à formação de redes sociais de migração, sendo predominantes, entre os fluxos nessa direção, os originados nos Estados que aparecem como os principais fornecedores de migrantes para o DF, desde o início da

ocupação na região. No período 1991-2000, o volume dos fluxos em direção ao DF se manteve praticamente com a mesma intensidade, enquanto aqueles em direção aos municípios goianos periféricos se elevaram de 6.540 pessoas, entre 1970 e 1980, para 66.366, de 1991 a 2000.

Migração intrametropolitana²⁵

A migração interestadual foi estudada em função do seu impacto no incremento populacional da região e do seu papel enquanto movimento alimentador do processo redistributivo da população no espaço intra-urbano, representado pela emigração de população do DF em direção aos municípios periféricos.

A não absorção de grande parte do contingente migratório com destino ao DF fez com que a migração intrametropolitana ganhasse importância relativa no total dos migrantes que chegam à região, impactando a expansão do entorno regional. A participação dos migrantes internos à região ampliou-se de 15,7% para 28,0% do total, ao longo do período 1975-2000.

Essa elevação se deu não só pelo aumento de volume de migrantes intrametropolitanos – que passaram de 66.584 para 119.769, no período 1975-2000 –, mas

²⁵ Nesse item foram considerados migrantes intrametropolitanos as pessoas maiores de cinco anos e que declararam moradia em municípios diferentes dos de residência à época da coleta, nas datas fixas investigadas nos censos de 1980, 1991 e 2000, e que vieram de outros municípios da Ride. Diante da ausência de informações sobre o município de residência anterior, no censo 2000, optou-se por utilizar, na análise sobre a migração intrametropolitana, a informação referente à data fixa, o que delimita os dados a períodos de cinco anos (1975-1980, 1988-1991 e 1995-2000).

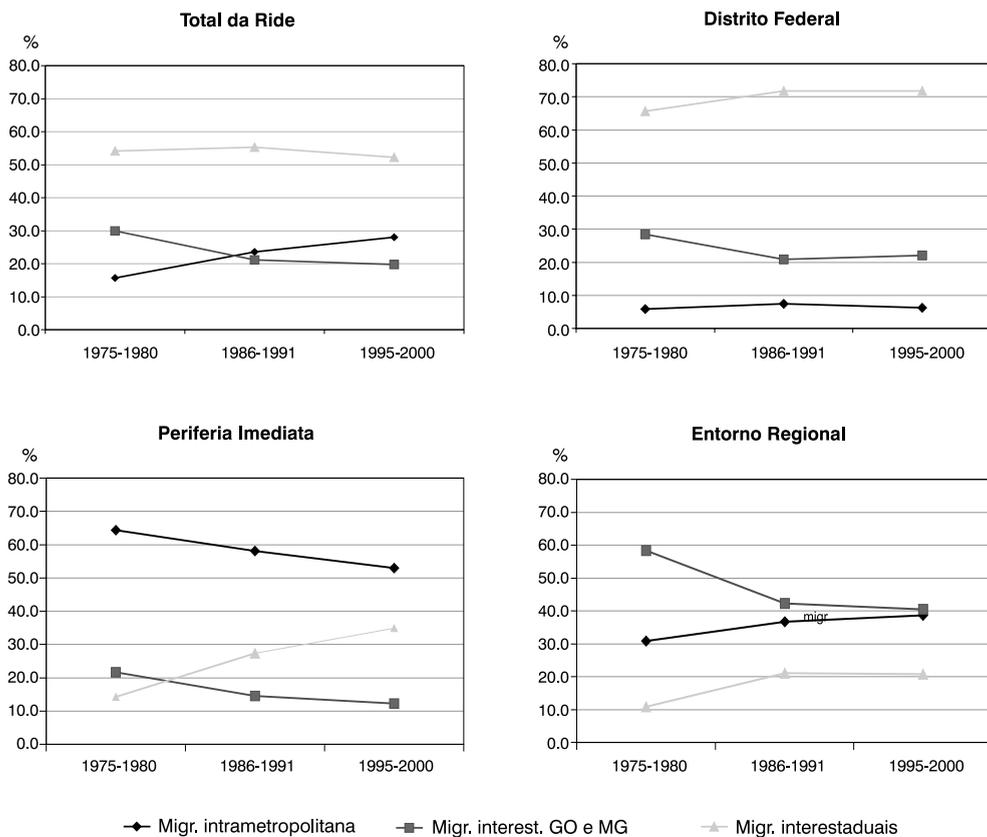
também pela redução da chegada de migrantes vindos dos demais municípios de Goiás e Minas Gerais. O crescimento da participação da emigração do DF em direção aos municípios da região, inclusive os que não integram o *Entorno Imediato*, reduziu as participações das migrações entre municípios vizinhos que até então predominava naqueles não diretamente envolvidos no processo de expansão urbana, indicando a intensificação das relações entre o DF e o *Entorno Distante*.

As participações das migrações segundo o local de origem e de destino alteraram-se ao longo do período 1975-2000. Os dados

desagregados para os três recortes espaciais demonstram que o aumento da participação da migração intrametropolitana pode ser atribuído à sua intensificação para os municípios do entorno que não integram o *Entorno Imediato* (Gráfico 2).

No caso do *Entorno Imediato*, a migração interestadual ganha maiores proporções em função da migração direta de nordestinos, enquanto a participação da migração vinda da região arrefece um pouco, embora os volumes de migrantes vindos do DF continuem aumentando, como demonstram os dados sobre migração entre as localidades que integram a Ride (Tabela 5).

GRÁFICO 2
Evolução da migração intrametropolitana
Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – Ride – 1975-2000



Fonte: IBGE Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Silva Caiado/Nepo-Unicamp).

TABELA 5
Migração intrametropolitana, por local de residência anterior
Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – Ride – 1975-2000

U F	Município de residência atual	Localidade de residência anterior											
		1975-1980				1986-1991				1995-2000			
		DF	ED	EI	Total	DF	ED	EI	Total	DF	ED	EI	Total
DF	Brasília	0	15.504	4.119	19.623	0	9.819	5.348	15.167	0	7.263	6.150	13.413
GO	Abadiânia	9	283	46	338	158	195	0	353	92	110	23	225
	Água Fria de Goiás (1)	-	-	-	-	67	98	82	247	89	50	194	333
	Águas Lindas de Goiás (3)	-	-	-	-	-	-	-	-	33.440	850	875	35.165
	Alexânia	787	307	126	1.220	741	328	185	1.254	607	204	160	971
	Cabeceiras	104	626	41	771	95	541	36	672	139	326	80	545
	Cidade Ocidental (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	5.449	196	715	6.360
	Cocalzinho de Goiás (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	569	153	53	775
	Corumbá de Goiás	322	729	116	1.167	537	241	67	845	88	219	0	307
	Cristalina	283	331	135	749	530	311	154	995	783	397	549	1.729
	Formosa	1.017	866	203	2.086	1.693	894	389	2.976	2.161	1.059	495	3.715
	Luziânia	28.822	1.881	66	30.769	33.072	950	510	34.532	11.828	905	1.497	14.230
	Mimoso de Goiás (1)	-	-	-	-	2	115	68	185	45	51	0	96
	Novo Gama (3)	-	-	-	-	-	-	-	-	8.476	140	995	9.611
	Padre Bernardo	872	665	149	1.686	887	196	36	1.119	1.832	303	91	2.226
	Pirenópolis	102	335	10	447	96	107	12	215	184	58	16	258
	Planaltina de Goiás	5.044	329	88	5.461	5.974	886	243	7.103	5.994	401	315	6.710
	Sto. Ant. do Descob.	-	-	-	-	7.116	467	138	7.721	4.813	245	181	5.239
	Valparaíso de Goiás (3)	-	-	-	-	-	-	-	-	10.942	451	2.229	13.622
	Vila Boa (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	55	377	23	455
MG	Buritais	60	1.521	10	1.591	288	426	0	714	459	438	48	945
	Cabeceira Grande (3)	-	-	-	-	-	-	-	-	264	276	119	659
	Unai	438	299	5	447	868	886	243	7.103	1.331	589	260	455
	Entorno Distante	3.994	5.962	841	10.797	5.962	4.100	1.038	11.100	8.698	4.610	2.111	15.419
	Entorno Imediato	33.866	2.210	154	36.230	46.162	2.303	891	49.356	80.942	3.188	6.807	90.937
	Total da Ride	37.860	23.676	5.114	66.650	52.124	16.222	7.277	75.623	89.640	15.061	15.068	119.769

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000 (tabulações especiais).

(1) Municípios emancipados em 1989.

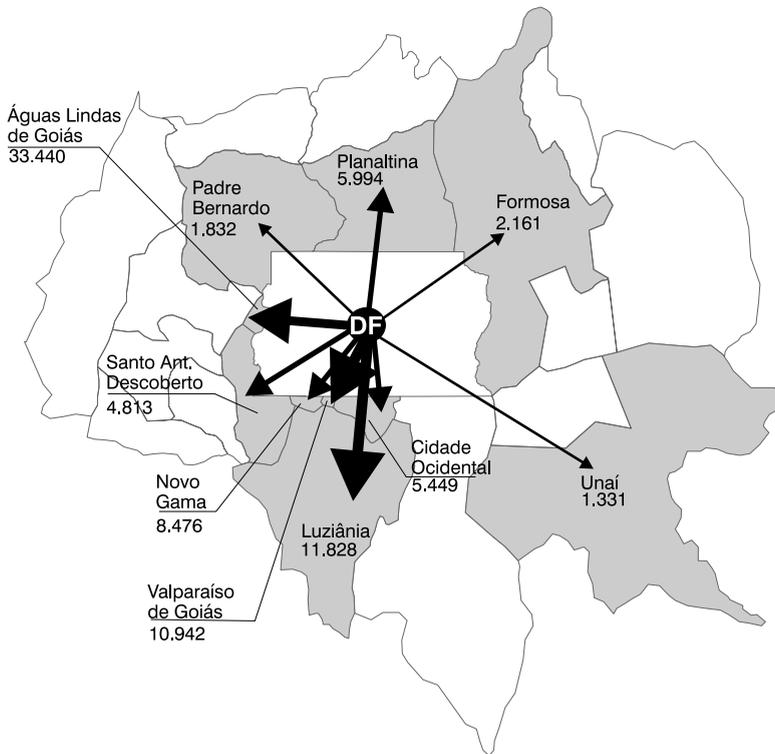
(2) Municípios instalados em 1993.

(3) Município instalado em 1997.

Nota: ED: Entorno Distante; EI: Entorno Imediato; e DF: Distrito Federal.

Migrantes: pessoas maiores de cinco anos, com menos de cinco anos de residência (1975-1980 e 1986-1991) e residência em 31/07 1995 em município diferente do de residência na época do censo (1995-2000), e que vieram de municípios da Ride.

MAPA 2
Principais fluxos de migração intrametropolitana saídos do Distrito Federal – 1995-2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 (tabulações especiais Maria Célia Silva Caiado/Nepo-Unicamp).

Como já foi dito, o fluxo de migração intrametropolitana mais significativo se dá a partir do DF em direção ao *Entorno Imediato*. No período 1975-1980, 33.866 pessoas deixaram o DF e foram para municípios que integram este recorte, principalmente para aqueles localizados no sudoeste da Ride (Santo Antônio do Descoberto, Luziânia e seus desmembramentos: Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama e Valparaíso de Goiás). Nos períodos seguintes, os volumes desse fluxo elevaram-se para 46.162 (1986-1991) e 80.942 pessoas (1995-2000).

Os demais municípios do entorno, excluídos os que integram o *Entorno Imediato*, têm registrado redução da migração vinda dos outros municípios vizinhos e aumentado a participação daquela proveniente do DF e dos municípios do *Entorno*

Imediato. Outra tendência observada para o período foi a intensificação das trocas entre municípios do *Entorno Imediato* e os demais da região.

Para os três recortes espaciais, observou-se crescimento da participação da migração vinda de municípios do *Entorno Imediato* (ainda que os números sejam pouco expressivos), indicando um novo aspecto da redistribuição populacional na região associado à capacidade de absorver população por parte daqueles municípios.

Nas trocas populacionais intra-regionais são significativos apenas os fluxos representados pela emigração do DF em direção aos municípios que integram o *Entorno Imediato*, ainda que possam ser identificadas outras tendências redistributivas de população no interior da Ride (Mapa 2).

No período mais recente, saíram de Brasília 78.002 pessoas, enquanto no *Entorno Imediato* entraram 75.257, sendo que, destas, 34.907 passaram a residir em Águas Lindas de Goiás.

Apesar de a participação da migração vinda do DF para os municípios do *Entorno Imediato* ter apresentando ligeira queda na emigração intrametropolitana, isto não significa redução, mas sim ampliação das trocas entre municípios desse recorte espacial. Tanto a participação quanto o número de pessoas que deixam o DF em direção ao entorno continuam apresentando elevação no período mais recente. Dos 89.376 emigrantes intra-regionais que deixaram o DF no período 1995-2000, 90,6% se dirigiram para aqueles municípios.

No período 1995-2000, intensificou-se a migração em direção aos demais municípios da região, até então não diretamente envolvidos no processo de expansão periférica. As trocas entre municípios do *Entorno Imediato* também apresentaram elevação, indicando que suas inter-relações ganham intensidade. Isso se dá pela melhora em suas dinâmicas econômicas e pelo processo de valorização imobiliária, em função das melhorias em infra-estrutura.

Alguns aspectos sobre a migração intrametropolitana e a segregação socioespacial da população na Ride

Como já foi demonstrado através da análise do processo de ocupação e estruturação urbana, o crescimento dos municípios do entorno, principalmente daqueles localizados nos limites do quadrante sudoeste do Distrito Federal (num processo semelhante ao ocorrido com as cidades-satélites, especialmente as situadas ao longo do eixo de expansão estabelecido nesta direção), teve como principal condi-

cionante a oferta de moradias para população de baixa renda, seja através do mercado imobiliário ou das políticas de habitação empreendidas pelo Estado.

O processo de ocupação e estruturação intra-urbana gerou no espaço interno da Ride uma configuração socioespacial marcada pela segregação de população de baixa renda em localizações onde o acesso aos bens e serviços e à infra-estrutura urbana é precário, intensificando o processo de exclusão social destes segmentos populacionais, característico do processo de desenvolvimento nacional.

Sendo assim, o objetivo deste item é estabelecer uma comparação entre a população migrante intrametropolitana e a não-migrante²⁶ na região, segundo o acesso à educação, à renda, à inserção socioocupacional e às condições de moradia, estabelecendo os diferenciais em relação à inserção desta população, de acordo com os diferentes recortes espaciais internos na Ride.

Algumas variáveis socioeconômicas serão cruzadas com outras demográficas, tais como a idade e a renda *per capita* familiar, buscando avaliar em que medida as diferentes características da população que migra e ocupa os diversos espaços intra-urbanos contribuem para a configuração socioespacial.

A análise dos dados sobre a renda familiar,²⁷ para o período 1991-2000, indica redução da participação das famílias com rendimentos inferiores a um salário mínimo *per capita* para o total da população, sendo mais acentuada para aquelas não-migrantes. Em 1991, as famílias com renda *per capita* inferior a um salário mínimo representavam 66,3% do total para o segmento migrante e 52,6% para o não-migrante, reduzindo em 2000 para 61,9% e 46,3%, respectivamente (Tabela 6).

²⁶ Foram consideradas migrantes intrametropolitanos as pessoas maiores de cinco anos de idade, com menos de cinco anos de residência no município e que migraram entre municípios da Ride. Foram considerados não-migrantes os naturais e as pessoas com mais de cinco anos de residência no município.

²⁷ A variável renda será utilizada em função do reconhecimento como principal determinante, mas não o único, do nível de bem-estar da população. No entanto, é preciso reconhecer sua limitação para classificar níveis de qualidade de vida de uma população, devendo ser considerados, para tanto, outros indicadores, tais como acesso a bens e serviços públicos, infra-estrutura básica, entre outros (ver Rocha, 2003).

No entanto, é através destes dados desagregados para os diversos espaços no interior da região que surgem os maiores diferenciais. Segundo a condição migratória, para a população que habita o entorno metropolitano (*Entorno Imediato e Entorno Distante*), as participações mais elevadas de famílias com renda *per capita* inferior a um salário mínimo encontravam-se entre os não-migrantes no período analisado. As famílias migrantes neste patamar de renda representavam, em 1991, 63,4% no *Entorno Imediato* e 75,8% no *Entorno Distante*, sendo

que, em 2000, as primeiras mantiveram a mesma participação (63,4%), enquanto aquelas do *Entorno Distante* reduziram-na para 66,4% do total.

A diminuição dos níveis de pobreza para as famílias residentes no DF foi ainda mais acentuada, principalmente para as migrantes, com a redução dos diferenciais entre a população segundo a condição migratória. A proporção de famílias com renda *per capita* inferior a um salário mínimo, em 1991, era de 70,8% para os chefes migrantes e de 45,5% para os não-

TABELA 6
Distribuição dos chefes de família, por condição migratória e renda *per capita* familiar
Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – Ride – 1991-2000

Localidades	Migrantes intrametropolitanos					
	Sem Rend.	Até 1 SM	Mais de 1 a 3 SM	Mais de 3 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 SM
Renda per capita familiar-1991						
DF	3,1	67,7	19,6	6,1	2,2	1,2
Entorno Imediato	3,1	60,0	29,2	4,3	2,4	1,1
Entorno Distante	6,4	69,4	14,9	3,9	3,9	1,0
Total da Ride	3,6	62,6	25,5	4,5	2,6	1,2
Renda per capita familiar-2000						
DF	2,9	41,1	36,0	9,1	8,6	2,4
Entorno Imediato	6,1	57,4	30,0	4,2	1,7	0,6
Entorno Distante	8,8	57,6	23,8	4,8	2,5	2,5
Total da Ride	6,1	55,8	29,8	4,7	2,5	1,0

(continua)

(continuação)

Localidades	Não-migrantes					
	Sem Rend.	Até 1 SM	Mais de 1 a 3 SM	Mais de 3 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 SM
Renda per capita familiar-1991						
DF	2,8	42,7	30,2	10,5	8,7	5,1
Entorno Imediato	3,9	67,2	24,0	3,3	1,1	0,4
Entorno Distante	3,8	78,6	13,8	2,4	0,9	0,5
Total da Ride	3,0	49,6	27,6	8,8	7,0	4,1
Renda per capita familiar-2000						
DF	2,6	35,6	31,5	10,7	11,0	8,6
Entorno Imediato	5,9	61,6	26,0	3,9	1,9	0,8
Entorno Distante	5,9	65,1	21,7	3,8	2,2	1,4
Total da Ride	3,5	42,8	29,6	8,9	8,6	6,6

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991 e 2000 (tabulações espaciais Maria Célia Silva Caiado/Nepo-Unicamp).

migrantes, caindo em 2000 para, respectivamente, 43,9% e 38,2%.

Quando a análise sobre a distribuição da renda focaliza as faixas da população que apresentam renda mais elevada, surgem os maiores diferenciais entre a população do DF segundo a condição migratória, e entre esta e a população dos demais municípios do entorno, em relação seja às participações das diferentes faixas de rendimentos, seja aos níveis de melhoria no total do período. Em 1991, as famílias migrantes residentes no DF com rendimentos *per capita* acima de cinco salários mínimos representavam 3,8%, enquanto as não-migrantes correspondiam a 11% do total de famílias da mesma condição migratória. A redução dos níveis de pobreza atingiu as famílias residentes no DF independentemente da sua condição migratória e, em 2000, os migrantes desta faixa de rendimentos passaram a representar 11% e os não-migrantes 19,6% do total da população de condição migratória idêntica.

A análise dos dados sobre as condições de vida da população sob o aspecto da renda familiar *per capita* levanta algumas questões que merecem maior atenção. Apesar de a redução esperada nos níveis de pobreza atingir a população total da Ride,²⁸ a intensidade foi maior para aquela residente no DF, acentuando os diferenciais entre esta população e a do entorno metropolitano. Esta redução foi ainda mais acentuada para os migrantes intrametropolitanos, que apresentavam, em 1991, maiores participações na faixa de renda familiar inferior a um salário mínimo *per capita* em relação aos municípios do entorno, principalmente aqueles que integram o *Entorno Imediato*. No período 1986-1991, 70,8% das famílias dos chefes migrantes intra-regionais residentes no DF possuíam renda *per capita* de até um salário mínimo, enquanto no *Entorno Imediato* esta participação era de 63% (variação de 7,8 pontos percentuais favorecendo o entorno). No período seguinte (1995-2000), esse

percentual diminuiu para 43,9% no DF e manteve-se em 63% no entorno (variação de 19,5 pontos percentuais favorecendo o DF). Uma relação semelhante pode ser verificada para as famílias migrantes com renda acima de cinco salários mínimos *per capita* residentes no DF, em relação aos demais municípios do entorno metropolitano.

Outro aspecto que merece ser ressaltado refere-se aos diferenciais segundo a condição migratória das famílias residentes nos diferentes espaços regionais. Chama atenção as condições mais favoráveis da população migrante em relação à não-migrante, para os residentes no entorno (*Entorno Imediato* e *Entorno Distante*), com menores participações nas faixas de rendimentos de até um salário mínimo *per capita* e maiores naquelas acima de cinco salários mínimos, nos dois anos que integram o período estudado, ainda que os diferenciais sejam desfavoráveis para esta população em relação à mesma condição migratória de residentes no DF. Isto certamente pode estar associado ao baixo nível de rendimento auferido pelos moradores não-migrantes desses municípios, o que faz com que a população que migrou recentemente para estas regiões tenha rendimentos mais elevados, embora ainda muito baixos se comparados aos auferidos pelos habitantes do DF.

Apesar de a população migrante que se dirige para o entorno metropolitano apresentar condições de acesso à renda *per capita* familiar mais favorável do que as do segmento não-migrante, trata-se de um movimento característico de famílias de baixa renda, com elevadas participações daquelas com até um salário mínimo *per capita* (63% para o fluxo em direção ao *Entorno Imediato* e 66,4% para os demais municípios do entorno) e com renda bem inferior à população que reside no Distrito Federal, região de origem deste fluxo (38% para a população não-migrante do DF). O fato de as famílias migrantes estarem em condições mais favoráveis em relação à

²⁸ Estudos recentes sobre evolução da pobreza no Brasil indicam redução de seus níveis durante o período 1993-1995, em função dos efeitos distributivos do Plano Real, e manutenção deste patamar na segunda metade da década de 90 (Rocha, 2003).

população não-migrante que reside nestes municípios, certamente, está associado à hipótese de re-imigração²⁹ desta população originária do DF, o que pode significar melhores condições de inserção profissional e de acesso à renda, em função de uma maior adaptação à realidade local e do tempo de residência mais elevado no interior da região.

Estes aspectos observados no comportamento da variável renda familiar *per capita*, na Ride, podem estar associados a algumas características demográficas, tais como idade e composição familiar destes chefes migrantes, o que e será investigado a seguir.

No que se refere ao cruzamento da variável renda familiar *per capita* com a estrutura etária dos chefes na região, é possível observar que, independente da condição migratória e do local de residência, as maiores participações nas faixas de baixa renda concentram-se nas idades mais jovens desta população. À medida que a idade se eleva, diminuem as participações nestas faixas, o que certamente está relacionado à inserção no mercado de trabalho, independente do grau de formalidade das relações trabalhistas. A partir dos 60 anos, as participações nas faixas de renda mais baixa voltaram a subir, possivelmente devido à redução nos rendimentos, associada à retirada do mercado de trabalho dos indivíduos desta faixa etária (Tabela 7).

No que se refere à elevação da renda familiar *per capita* dos chefes migrantes intrametropolitanos e à redução do diferencial entre migrantes e não-migrantes no período 1991-2000, para a população residente no DF, os dados sobre a distribuição por idade revelam que 70,7% dos que recebiam mais de dez salários mínimos tinham até 34 anos, mostrando que a melhoria no acesso à renda atingiu mais diretamente as famílias com chefes migrantes intrametro-

politanos nas fases iniciais do seu ciclo vital familiar.

Com relação ao tipo de arranjo doméstico constituído pelas famílias, segundo a condição migratória dos chefes, a análise dos dados indica que, no caso específico dos migrantes intra-regionais residentes no DF, as maiores participações estão nos arranjos do tipo “estendidos” e “outros”. A terceira maior participação das famílias migrantes no DF foi apresentada pelos arranjos do tipo individual, para as faixas acima de três salários mínimos *per capita* (Tabela 8).

Para os migrantes intra-regionais em direção ao *Entorno Imediato*, somente para a faixa de rendimento mais elevado, acima de dez salários mínimos, a migração individual superou a participação das famílias constituídas por casais com ou sem filhos. Para os municípios do *Entorno Distante*, os arranjos do tipo individual foram mais representativos para todas as faixas de renda, se comparados aos dados para o *Entorno Imediato*, apesar da predominância dos arranjos do tipo casal com e sem filhos, exceto para as faixas entre três e cinco e acima de dez salários mínimos, em que predomina a migração individual, embora os fluxos sejam numericamente pouco significativos.

Os efeitos das mudanças no mercado de trabalho na última década, tais como a redução dos postos de trabalho e dos rendimentos auferidos, atingiram mais diretamente indivíduos com menores qualificações, relacionadas aos anos de estudo.³⁰ Certamente a população da região foi afetada por estas tendências, sendo que os diferenciais segundo a condição migratória e a direção dos fluxos no interior da região podem ajudar na identificação dos condicionantes e das respostas sociodemográficas relacionadas

²⁹ Os dados sobre a naturalidade dos migrantes intrametropolitanos originados no DF em direção aos municípios do Entorno Imediato demonstraram a grande participação de nordestinos, o que gera a hipótese de que esses fluxos sejam uma segunda etapa migratória daquelas pessoas que vieram para o DF e que não conseguiram se inserir no mercado habitacional do DF, re-imigrando para a periferia na busca por moradia.

³⁰ Segundo Rocha (2003), o agravamento dos níveis de pobreza nas regiões metropolitanas teve como principal condicionante as mudanças no mercado de trabalho, em que a redução do número de postos e dos rendimentos obtidos pelo trabalho é maior para a população menos qualificada, com menos de quatro anos de estudo, o que agrava a má distribuição de renda no país.

ao processo de estruturação intra-urbana na região (Tabela 9).

Embora tenha se confirmado a expectativa de melhoria nos níveis educacionais para a população regional, em função do progresso geral deste indicador no Brasil na última década, o segmento que migrou internamente no período 1995-2000 apresentou os piores índices de melhoria, com queda da participação dos chefes com ensino médio completo ou mais. No entanto, as participações dos chefes com menores níveis educacionais também registraram redução (de 14,5% para 7,8% para aqueles com até quatro anos de

estudo), paralelamente à elevação dos níveis intermediários (de 14,9% para 17,4% para os chefes com 4 a 7 anos de estudo, de 31,9% para 38,7% para aqueles com 8 a 10 anos e de 18,9% para 19,3% para os que possuíam de 11 a 17 anos de estudo. Para os demais recortes, independente da condição migratória, houve crescimento da participação dos chefes com níveis educacionais mais elevados, sendo mais expressivo para os migrantes em direção ao DF, principalmente no que se refere à redução na proporção de chefes com menos de quatro anos de estudo (de 24,2% em 1991 para 5,8% em 2000).

TABELA 7

Distribuição dos chefes de família, por condição migratória e faixa de renda *per capita* familiar, segundo a idade do chefe
Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – Ride – 1986-2000

Localidades	Idade do chefe	Migrantes intrametropolitanos					
		Sem Rend.	Até 1 SM	Mais de 1 a 3 SM	Mais de 3 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 SM
Renda <i>per capita</i> familiar – 1986-1991							
DF	Até 34 anos	2,5	67,3	22,4	5,2	2,6	0,0
	De 35 a 49 anos	0,0	69,3	14,2	8,7	2,5	5,2
	De 50 a 64 anos	15,5	63,7	10,2	9,9	0,0	0,9
	Mais de 65 anos	0,0	74,6	24,9	0,0	0,0	0,0
Entorno Imediato	Até 34 anos	4,6	60,6	28,7	3,8	1,5	0,8
	De 35 a 49 anos	0,8	62,6	29,5	4,2	2,3	0,4
	De 50 a 64 anos	1,8	52,3	29,5	6,7	6,3	3,2
Entorno Distante	Mais de 65 anos	3,9	52,7	33,8	2,8	4,2	2,8
	Até 34 anos	11,1	62,3	15,8	4,0	5,9	1,0
	De 35 a 49 anos	0,1	76,6	16,1	1,9	3,5	1,7
	De 50 a 64 anos	4,2	75,8	12,5	6,0	0,0	1,5
Total da Ride	Mais de 65 anos	0,0	82,1	3,6	8,6	0,0	5,7
	Até 34 anos	5,2	62,0	25,7	4,1	2,3	0,7
	De 35 a 49 anos	0,6	65,6	25,7	4,4	2,5	1,2
	De 50 a 64 anos	4,0	58,8	23,4	7,0	4,2	2,6
	Mais de 65 anos	2,4	61,8	27,3	3,1	2,7	2,8
Total	3,6	62,6	25,5	4,5	2,6	1,2	
Renda <i>per capita</i> familiar – 1995-2000							
DF	Até 34 anos	3,9	45,3	35,6	7,9	4,4	3,0
	De 35 a 49 anos	1,3	36,6	37,9	9,6	13,3	1,3
	De 50 a 64 anos	1,9	31,5	33,4	14,8	15,5	2,6
	Mais de 65 anos	7,0	50,9	29,8	0,0	12,3	0,0
Entorno Imediato	Até 34 anos	5,9	59,4	29,7	3,7	1,0	0,4
	De 35 a 49 anos	6,2	56,6	30,7	3,9	2,1	0,7
	De 50 a 64 anos	8,5	50,2	28,4	6,4	5,4	1,1
Entorno Distante	Mais de 65 anos	0,0	53,6	35,9	7,9	0,0	2,7
	Até 34 anos	9,7	60,9	22,8	3,9	1,7	1,0
	De 35 a 49 anos	9,9	55,5	23,5	5,7	3,5	2,1
	De 50 a 64 anos	6,5	53,5	26,3	5,5	2,3	5,6
Total da Ride	Mais de 65 anos	3,3	57,4	24,3	4,0	4,8	5,9
	Até 34 anos	6,0	58,1	29,6	4,1	1,4	0,7
	De 35 a 49 anos	6,1	54,4	30,5	4,7	3,4	0,9
	De 50 a 64 anos	7,5	49,2	28,4	7,0	5,7	2,2
	Mais de 65 anos	1,1	54,4	33,0	6,7	1,6	3,3
Total	6,1	55,8	29,8	4,7	2,5	1,0	

(continua)

(continuação)

Localidades	Idade do chefe	Não-migrantes					
		Sem Rend.	Até 1 SM	Mais de 1 a 3 SM	Mais de 3 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 SM
Renda per capita familiar – 1986-1991							
DF	Até 34 anos	4,8	47,9	30,1	8,6	5,9	2,7
	De 35 a 49 anos	1,3	40,4	30,0	12,1	10,5	5,8
	De 50 a 64 anos	1,4	33,9	31,5	12,2	11,8	9,1
	Mais de 65 anos	1,5	46,2	28,1	8,5	9,0	6,8
Entorno Imediato	Até 34 anos	6,0	65,0	24,5	2,9	1,2	0,3
	De 35 a 49 anos	2,0	70,7	22,5	3,6	0,7	0,4
	De 50 a 64 anos	2,1	65,7	26,8	3,3	1,4	0,7
	Mais de 65 anos	4,2	67,9	22,1	3,9	1,3	0,4
Entorno Distante	Até 34 anos	6,0	76,7	13,4	2,5	1,1	0,3
	De 35 a 49 anos	2,4	80,2	13,9	2,1	0,7	0,6
	De 50 a 64 anos	2,6	78,7	14,2	2,9	0,9	0,7
	Mais de 65 anos	2,9	79,8	14,2	2,0	0,8	0,4
Total da Ride	Até 34 anos	5,0	53,0	27,7	7,3	4,8	2,2
	De 35 a 49 anos	1,5	48,0	27,4	10,1	8,4	4,6
	De 50 a 64 anos	1,7	43,0	28,7	10,1	9,4	7,2
	Mais de 65 anos	2,0	55,0	24,8	6,7	6,6	4,9
	Total	3,0	49,6	27,6	8,8	7,0	4,1
Renda per capita familiar – 1995-2000							
DF	Até 34 anos	3,6	43,3	32,6	8,5	7,2	4,7
	De 35 a 49 anos	2,3	33,3	31,0	11,8	12,5	9,0
	De 50 a 64 anos	1,8	25,9	30,4	13,0	15,0	13,8
	Mais de 65 anos	1,0	31,5	30,9	10,3	12,4	13,9
Entorno Imediato	Até 34 anos	7,1	65,0	24,4	2,3	0,8	0,4
	De 35 a 49 anos	5,5	60,6	26,6	4,2	2,2	0,9
	De 50 a 64 anos	6,0	57,6	27,4	5,3	2,5	1,2
	Mais de 65 anos	2,8	63,8	23,9	5,4	2,4	1,7
Entorno Distante	Até 34 anos	6,7	68,1	19,8	2,8	1,7	0,8
	De 35 a 49 anos	5,4	62,7	22,9	4,7	2,6	1,7
	De 50 a 64 anos	7,2	60,4	23,5	4,1	2,7	2,2
	Mais de 65 anos	2,3	71,4	20,5	3,5	1,6	0,6
Total da Ride	Até 34 anos	4,5	49,5	29,9	6,9	5,6	3,6
	De 35 a 49 anos	3,1	40,2	29,7	10,0	10,0	7,1
	De 50 a 64 anos	3,0	34,2	29,2	10,9	11,9	10,8
	Mais de 65 anos	1,5	42,2	28,3	8,6	9,3	10,2
	Total	3,5	42,8	29,6	8,9	8,6	6,6

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 (tabulações especiais Maria Célia Silva Caiado/Nepo-Unicamp).

Nota: Migrantes intrametropolitanos: pessoas com menos de cinco anos de residência no município e que migraram entre municípios da Ride.

Como forma de avaliar os diferenciais na hierarquia da estrutura social da população, segundo a condição migratória e a localização nos diferentes

espaços regionais, será utilizada a classificação desses chefes segundo a definição de categorias socioocupacionais.³¹

³¹ A metodologia básica utilizada foi desenvolvida pelo Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (Ippur/UFRJ – Fase), no âmbito da pesquisa “Metrópole, Desigualdades Socioespaciais e Governança Urbana: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte”. Foi necessária, entretanto, uma adaptação para os objetivos deste estudo, principalmente em relação aos dados do censo 2000, em função das alterações na categorização das ocupações e setores de atividades introduzidas na pesquisa. As categorias socioocupacionais foram definidas através da combinação de variáveis sobre trabalho e rendimentos extraídas dos censos de 1991 e 2000, tais como ocupação principal, posição na ocupação, porte da empresa, rendimentos da ocupação e setor de atividade no qual a ocupação é exercida. A metodologia buscou a criação de uma estrutura ocupacional que expressasse a hierarquia da sociedade urbana/metropolitana brasileira e, através da sua localização no espaço da Ride, pudesse constituir um mapeamento da estrutura socioespacial da região. Os princípios utilizados na divisão das variáveis buscaram identificar as relações entre: capital e trabalho – identificando empregadores e empregados; grande e pequeno capital – utilizando-se o porte da empresa como referência (empresas com mais e menos de dez empregados); autonomia e subordinação – separando autônomos e empregados; manuais e não-manuais; controle e execução – critério visando identificar a hierarquia ocupacional entre as ocupações não-manuais, segundo o maior ou menor grau de responsabilidade; secundário e terciário – separação entre ocupações manuais por setor de atividade; e moderno e tradicional – divisão estabelecida para as ocupações manuais da indústria, segundo sua inserção nos setores que fazem parte da chamada segunda revolução industrial (petroquímica, metalurgia, bens de consumo duráveis, etc.).

TABELA 8
Distribuição dos chefes de família, por condição migratória e tipo de arranjo familiar, segundo idade média do casal
Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – Ride – 1991-2000

Localidades	Idade média do casal	Migrantes intrametropolitanos (1) Tipo de família – 1991						Não-migrantes Tipo de família – 1991					
		Individual	Casal s/ filhos	Casal c/ filhos	Estendida	Monoparental masc.	Monoparental fem.	Individual	Casal s/ filhos	Casal c/ filhos	Estendida	Monoparental masc.	Monoparental fem.
DF	Até 34 anos	9,2	13,7	43,4	11,4	3,2	4,0	7,1	10,7	44,1	13,8	6,1	6,1
	De 35 a 49 anos	6,9	6,4	42,3	9,1	16,5	11,5	6,2	3,3	45,7	17,7	8,3	7,6
	De 50 a 64 anos	24,1	0,0	14,6	6,2	21,1	0,0	9,6	9,3	29,9	13,0	10,1	8,5
	65 anos e mais	13,6	15,8	19,2	5,6	15,3	0,0	21,5	16,2	10,2	5,3	9,7	8,9
Entorno Imediato	Até 34 anos	1,9	14,1	52,4	11,9	5,6	3,9	4,2	9,9	53,3	11,9	5,1	5,7
	De 35 a 49 anos	7,9	4,5	46,6	15,8	9,6	4,7	4,4	4,1	53,4	14,9	6,8	6,8
	De 50 a 64 anos	13,5	12,6	24,9	7,4	18,4	5,7	10,2	11,9	33,0	9,7	11,2	5,9
	65 anos e mais	37,4	11,2	11,5	4,7	6,5	0,0	27,4	17,4	13,4	3,5	7,7	6,6
Entorno Distante	Até 34 anos	6,8	9,6	53,1	8,6	6,5	4,2	6,9	8,4	59,0	9,6	4,3	4,4
	De 35 a 49 anos	4,0	13,0	55,0	5,9	4,5	6,1	5,3	5,2	54,5	13,2	8,1	5,9
	De 50 a 64 anos	12,2	33,7	16,2	6,9	4,0	12,2	12,3	12,5	32,5	10,1	11,8	6,5
	65 anos e mais	47,9	17,0	5,3	0,0	6,4	0,0	33,1	16,8	8,1	2,5	10,5	6,5
Total da Ride	Até 34 anos	3,8	13,4	50,9	11,4	5,3	4,0	6,7	10,4	46,9	13,1	5,8	5,8
	De 35 a 49 anos	7,2	6,1	47,3	13,4	9,7	5,8	5,9	3,6	47,4	17,0	8,1	7,3
	De 50 a 64 anos	15,4	14,3	21,1	7,1	16,1	5,9	10,1	10,0	30,6	12,2	10,5	8,0
	65 anos e mais	32,1	13,4	12,9	4,3	9,2	0,0	24,4	16,5	10,1	4,5	9,7	8,2
	Total	6,3	11,7	46,7	11,3	7,3	4,4	7,7	8,4	43,3	13,9	7,3	6,7

(continua)

(continuação)

Localidades	Idade média do casal	Migrantes intrametropolitanos (1) Tipo de família – 2000						Não-migrantes Tipo de família – 2000					
		Individual	Casal s/ filhos c/ filhos		Estendida	Monoparental masc. fem.		Individual	Casal s/ filhos c/ filhos		Estendida	Monoparental masc. fem.	
DF	Até 34 anos	14,4	18,4	13,4	21,2	2,1	1,0	9,2	12,4	46,2	7,7	6,5	6,4
	De 35 a 49 anos	5,2	7,5	35,2	24,9	4,8	7,4	8,2	4,7	49,2	10,4	9,6	8,7
	De 50 a 64 anos	9,5	5,3	14,8	28,0	15,7	3,6	11,4	9,9	32,6	9,5	11,9	8,5
	65 anos e mais	0,0	11,1	0,0	0,0	0,0	0,0	22,5	14,9	13,2	5,7	11,8	6,8
Entorno Imediato	Até 34 anos	12,2	26,1	29,0	13,4	4,1	4,1	4,7	8,4	61,2	8,4	4,7	4,6
	De 35 a 49 anos	11,6	10,7	42,2	7,8	9,3	8,9	6,3	4,9	52,7	10,2	8,9	8,0
	De 50 a 64 anos	19,5	19,3	22,2	7,6	9,9	5,4	11,4	12,3	27,9	12,0	12,2	7,1
	65 anos e mais	32,0	25,6	7,1	0,0	11,6	5,4	26,9	15,5	12,5	4,5	11,6	5,0
Entorno Distante	Até 34 anos	17,7	21,9	27,5	12,0	5,3	4,7	6,4	8,8	60,8	5,2	5,9	5,2
	De 35 a 49 anos	12,1	9,5	42,6	7,3	8,3	9,3	7,4	6,8	56,7	7,1	7,8	6,6
	De 50 a 64 anos	29,5	26,5	21,7	3,9	9,1	4,9	17,9	15,5	27,5	7,0	11,8	5,9
	65 anos e mais	48,6	13,1	4,0	6,7	7,3	3,4	31,5	14,6	10,3	3,8	11,4	7,6
Total da Ride	Até 34 anos	13,4	24,1	26,1	14,5	3,9	3,7	8,0	11,2	50,8	7,5	6,1	5,9
	De 35 a 49 anos	10,7	10,0	41,2	10,2	8,5	8,7	7,9	5,0	50,5	10,0	9,3	8,4
	De 50 a 64 anos	20,6	19,2	21,1	9,3	10,5	5,0	12,3	10,9	31,4	9,4	11,9	8,0
	65 anos e mais	34,7	20,8	5,6	2,0	9,5	4,4	24,6	14,9	12,6	5,2	11,7	6,7
	Total	14,4	18,5	29,6	11,8	6,6	5,6	9,5	9,3	45,6	8,5	8,4	7,1

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Silva Caiado/Nepo-Unicamp).

Nota: (1) Migrantes intrametropolitanos: pessoas com menos de cinco anos de residência no município e que migraram entre municípios da Ride.

TABELA 9
Distribuição dos chefes de família, por condição migratória e nível de estudo
Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - 1991/2000

Migrantes intrametropolitanos						
Nível de estudo – 1991						
Localidades	Sem instr.	Ensino fundamental 1º ciclo incompleto alfab. adultos	Ensino fundamental 2º ciclo incomp.	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo ou mais	Não deter.
DF	24,2	20,7	32,1	9,9	12,8	0,3
Entorno imediato	14,5	14,9	31,9	18,9	19,6	0,1
Entorno distante	20,3	22,1	33,6	8,4	15,6	0,0
Total da Ride	16,9	17,0	32,2	15,9	17,9	0,1
Anos de Estudo – 2000						
DF	5,8	14,5	33,1	18,8	26,3	1,4
Entorno imediato	7,8	17,5	38,9	19,3	15,7	0,8
Entorno distante	13,6	19,2	35,1	15,7	15,4	1,1
Total da Ride	8,3	17,4	37,8	18,8	16,7	0,9

(continua)

Não-migrantes						
Nível de estudo – 1991						
Localidades	Sem instr.	Ensino fundamental 1º ciclo incompleto alfab. adultos	Ensino fundamental 2º ciclo incomp.	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo ou mais	Não deter.
DF	10,4	12,1	27,0	15,3	35,0	0,1
Entorno imediato	21,6	20,1	33,7	13,1	11,5	0,0
Entorno distante	29,9	25,6	29,5	7,2	7,7	0,0
Total da Ride	14,0	14,6	28,0	14,1	29,2	0,1
Anos de Estudo – 2000						
DF	6,4	10,5	26,4	16,9	38,9	0,9
Entorno imediato	14,1	20,6	36,7	14,8	13,0	0,7
Entorno distante	19,5	24,0	33,4	10,1	12,5	0,5
Total da Ride	9,0	13,5	28,8	15,8	32,0	0,8

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991 e 2000 (tabulações espaciais Maria Célia Silva Caiado/Nepo-Unicamp).

A idéia é estabelecer, neste artigo, uma comparação entre migrantes e não-migrantes intrametropolitanos, como forma de avaliar os diferenciais entre o grau de inserção socioocupacional e inferir o papel destes fluxos na configuração socioespacial da região.

Foram definidas 25 categorias agrupadas em oito grandes grupos:

- categoria dirigente (empresários, dirigentes do setor público e privado e profissionais liberais da medicina, engenharia, arquitetura, odontologia e advocacia);³²
- categoria intelectual (profissionais autônomos e empregados de nível superior);

³² Segundo os autores responsáveis pela elaboração da metodologia, colocar esta categoria no grupo da elite dirigente deveu-se à compreensão de que, no Brasil, essas profissões foram historicamente exercidas pelos filhos da elite; são as profissões que melhor se organizaram enquanto corporação e são identificadas como de mais elevado *status* social. São, portanto, as ocupações que se estruturam em torno do controle e da valorização de um capital social.

- categoria empregadores urbanos (pequenos empregadores em atividades urbanas – com até dez empregados – comerciantes conta-própria);
- categoria média (trabalhadores não-manuais, subdivididos em trabalhadores em atividades de rotina e trabalhadores em atividades de supervisão dos setores público e privado, técnicos e artistas, trabalhadores da saúde e educação e trabalhadores da justiça, segurança e correios);
- trabalhadores manuais do secundário (indústria tradicional, indústria moderna, serviços auxiliares, artesão e da construção civil);
- trabalhadores manuais do terciário (comércio e serviços especializados e não-especializados);
- trabalhadores manuais sem qualificação (trabalhadores domésticos, ambulantes e biscateiros);
- trabalhadores agrícolas (todas as ocupações agrícolas, exceto as ocupações criador bovino, proprietário agropecuário e avicultor).

O predomínio do setor terciário sobre os demais setores da economia pode ser verificado para todos os recortes espaciais e independe, em termos gerais, do local de origem do movimento migratório. A desagregação destes dados segundo o local de destino na região indica que o fluxo de migrantes que deixaram o DF em direção ao *Entorno Imediato* apresenta participações ligeiramente maiores nas categoriais socioocupacionais de posição mais elevada, se comparados aos demais fluxos originários dentro e fora da Ride (Tabela 10).

No caso do fluxo em direção ao DF, a migração vinda de localidades externas à Ride apresenta indícios de uma melhor qualificação, com número maior de pessoas que se enquadram nas categorias mais elevadas, se comparadas às características da população que deixa os municípios do entorno. Esta maior participação pode ser atribuída aos fluxos provenientes do Sudeste, principalmente do Rio de Janeiro,

como já foi demonstrado anteriormente. No entanto, este mesmo fluxo também registra maiores participações de trabalhadores menos qualificados, representados pela categoria *trabalhadores manuais sem qualificação*, em que se agregam os ambulantes/biscateiros e os trabalhadores domésticos.

Os diferenciais entre migrantes e não-migrantes intra-regionais são significativos apenas para os fluxos em direção ao Distrito Federal, em função dos diferenciais já estabelecidos entre outros migrantes e os migrantes intra-regionais. As maiores variações entre as participações dos chefes, segundo a condição migratória, são mais significativas para os extremos da hierarquia social. Os migrantes intra-regionais apresentam menores participações nas categoriais dirigentes e intelectuais e maiores na de *trabalhadores manuais sem qualificação*.

Para os demais recortes espaciais, praticamente não se verificam alterações entre os migrantes e os não-migrantes intra-regionais, o que significa que estes fluxos mais recentes contribuem, ou melhor, reforçam a segregação socioespacial da região. Não se pode esquecer que os dados referem-se à migração nos últimos cinco anos e, portanto, não demonstram o peso destes fluxos no início da formação do entorno regional, na década de 70. Os dados para o período 1986-1991 indicam diferenciais maiores, demonstrando que a população migrante estava em condições menos favoráveis na hierarquia social se comparada à não-migrante, o que significa que o perfil socioocupacional da região tende a uma homogeneização em função da intensificação dos fluxos.

O espaço urbano tem como principal elemento estruturador a disputa por localizações otimizadas, devido às possibilidades de deslocamentos. Na busca pelas melhores localizações, os segmentos populacionais de maior poder político e econômico se apropriam das melhores áreas, restando às populações menos favorecidas, sobre estes aspectos as localidades menos qualificadas, com condições precárias de acesso a serviços sociais e infra-estrutura

TABELA 10
Distribuição dos chefes de família, por condição migratória e inserção socioocupacional
Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – Ride – 1991-2000

Migrantes intrametropolitanos								
Inserção socioocupacional – 1991								
Localidades	Categ. dirigente	Categoria Intelectual	Empregadores urbanos	Categ. média	Trab. manuais do secun.	Trab. manuais do terc.	Trab. manuais s/qualif.	Trab. agríc.
DF	0,7	1,3	2,0	10,5	13,1	44,7	17	10,0
Entorno imediato	0,4	1,4	3,8	20,9	22,8	39,0	8	2,5
Entorno distante	0,3	2,2	7,7	11,3	18,6	29,9	8	21,6
Total da Ride	0,4	1,5	4,1	17,8	20,7	38,5	9	6,5
Inserção socioocupacional – 2000								
DF	1,1	0,8	4,4	13,9	19,6	43,2	16	8,3
Entorno imediato	0,2	0,2	2,5	10,6	21,7	47,4	14	2,5
Entorno distante	0,0	0,0	3,8	5,9	13,1	33,3	8	31,8
Total da Ride	0,3	0,2	2,8	10,4	20,5	45,4	13	6,4

(continua)

(continuação)

Não-migrantes								
Inserção socioocupacional – 1991								
Localidades	Categ. dirigente	Categoria Intelectual	Empregadores urbanos	Categ. média	Trab. manuais do secun.	Trab. manuais do terc.	Trab. manuais s/qualif.	Trab. agríc.
DF	2,4	7,8	6,7	25	16	33,3	7,8	1,6
Entorno imediato	0,1	1,5	5,1	13	25	37,5	9,8	6,8
Entorno distante	0,3	1,6	8,9	6	15	31,7	4,9	31,8
Total da Ride	1,9	6,4	6,8	22	17	33,5	7,7	5,8
Inserção socioocupacional – 2000								
DF	2,0	1,6	5,4	17	14	46,4	10,2	1,9
Entorno imediato	0,2	0,1	3,2	10	25	41,8	14,0	5,2
Entorno distante	0,3	0,3	5,8	5	13	31,8	8,3	31,6
Total da Ride	1,5	1,2	5,1	15	16	44,2	10,6	5,7

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Silva Caiado/Nepe-Unicamp).

básica, reforçando assim o processo de exclusão social destes segmentos de menor inserção profissional, o que certamente acarreta rendimentos inferiores.

Assim, a análise dos diferenciais entre os segmentos populacionais, segundo localização espacial e condição migratória,

não estaria completa se não fossem considerados aspectos relativos às condições de habitação.

Os diferenciais nas condições de habitação³³ são visíveis no que se refere tanto aos recortes espaciais quanto às condições migratórias dos chefes de

³³ Foram consideradas variáveis relativas a abastecimento de água (adequado para os domicílios ligados à rede geral), destinação e tratamento de resíduos sólidos (esgoto adequado para os municípios ligados à rede geral ou com fossas sépticas e lixo adequado para os domicílios com coleta direta ou indireta), condições da habitação (sobre a espécie: adequado para os domicílios particulares permanentes; sobre as instalações sanitárias: adequado para os domicílios com a existência de banheiros; e sobre a densidade de moradores: adequado para menos de dois habitantes por dormitório) e localização da residência (adequado para domicílios localizados em casas ou apartamentos fora de aglomerados subnormais). Os domicílios sem nenhuma inadequação foram considerados adequados e os demais classificados segundo os diferentes níveis de inadequação, conforme a quantidade de itens inadequados (baixa inadequação – uma variável inadequada; média inadequação – duas variáveis inadequadas; alta inadequação – três variáveis inadequadas; e totalmente inadequados – as quatro variáveis inadequadas).

TABELA 11
Distribuição dos chefes de família, por condição migratória e condição de habitação do domicílio
Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – Ride – 1991-2000

Residência Atual	Migrantes intrametropolitanos				
	Condição de habitabilidade do imóvel – 1991				
	Totalmente adeq.	Com baixa inadeq.	Com média inadeq.	Com alta inadeq.	Totalmente inadeq.
DF	41,8	7,0	32,2	13,5	5,5
Entorno imediato	21,0	23,3	36,0	18,0	1,7
Entorno distante	3,7	32,0	31,3	26,6	6,4
Total da Ride	21,2	22,3	34,6	18,8	3,1
	Condição de habitabilidade do imóvel – 2000				
DF	57,2	12,8	21,5	8,1	0,6
Entorno imediato	11,3	20,0	53,0	13,4	2,3
Entorno distante	9,0	47,8	32,0	9,9	1,3
Total da Ride	15,5	22,6	47,4	12,5	2,0

(continua)

(continuação)

	Não-migrantes				
	Condição de habitabilidade do imóvel – 1991				
	Totalmente adeq.	Com baixa inadeq.	Com média inadeq.	Com alta inadeq.	Totalmente inadeq.
DF	77,0	7,3	4,4	8,7	2,6
Entorno imediato	15,4	25,2	4,6	51,8	3,1
Entorno distante	7,9	31,1	4,3	53,9	2,7
Total da Ride	61,4	12,3	4,4	19,2	2,7
	Condição de habitabilidade do imóvel – 2000				
DF	77,2	12,0	7,5	2,4	1,1
Entorno imediato	13,5	32,0	41,5	11,6	1,7
Entorno distante	16,2	47,0	26,2	10,6	0,3
Total da Ride	60,8	19,0	14,8	4,7	1,1

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991 e 2000 (tabulações especiais Maria Célia Silva Caiado/Nepe-Unicamp).

domicílio. Enquanto 15,5% dos chefes migrantes têm domicílios totalmente adequados, entre os não-migrantes este percentual chega a 60,8%. Quando os dados são desagregados para os três recortes espaciais, é possível verificar o diferencial entre o DF e os demais municípios, uma vez que 77,0% dos chefes não-migrantes e 57,2% dos migrantes residentes no DF estão em domicílios com condições adequadas de infra-estrutura, instalações sanitárias e localização (Tabela 11).

No *Entorno Imediato*, os domicílios com condições adequadas correspondiam a apenas 11,3%, para os chefes migrantes, e 13,5%, para os não-migrantes intra-regionais, situação que aparenta ser ainda mais grave para os demais municípios do entorno, onde a proporção de adequação dos

domicílios decresceu para 9,0% entre os migrantes.

Alguns municípios do *Entorno Imediato*, no entanto, apresentaram altas participações de domicílios adequados, tais como Cidade Ocidental, Novo Gama e Valparaíso de Goiás, em função de parte da ocupação ter ocorrido através da construção de conjuntos habitacionais, o que demonstra os diferenciais no interior do entorno, relacionados à precariedade da ocupação periférica através do binômio lotes populares/autoconstrução.

É importante ressaltar que para a maioria dos municípios que registraram algum grau de inadequação, a falta do serviço de coleta e tratamento de esgotos é determinante, podendo ou não vir associada a outras carências relacionadas ao provimento de infra-estrutura urbana.

*Mobilidade pendular*³⁴

A mobilidade pendular apresenta estreita relação com o processo de estruturação urbana, principalmente no que se refere aos diferenciais entre as localizações das atividades no espaço urbano regional e a intensificação da migração intrametropolitana. No processo de estruturação intra-urbana, a necessidade de deslocamento de pessoas em direção ao entorno certamente gerou a intensificação destes fluxos pendulares, na busca do atendimento das demandas legítimas desta população que não conseguiu se inserir no espaço do DF. A ligação entre os dois tipos de movimentos populacionais é estreita: a ocorrência do primeiro gera o segundo, ou seja, ao se mudar para o entorno a população passa a depender das viagens diárias em direção ao antigo local de moradia, como forma de obter renda e serviços que lhe permitam sobreviver.

A intensidade e a direção da mobilidade pendular na Ride revelam os diferenciais no acesso ao solo urbano pelos diferentes segmentos sociais da população, implicando deslocamentos compulsórios na busca pelo atendimento das demandas básicas por trabalho, serviços sociais, lazer e atividades de consumo, com o agravamento gerado pelas grandes distâncias e pelo deficiente sistema de transportes.

A demanda por trabalho ou educação, além de assumir peso maior do que as demais devido ao seu caráter de movimentação diária, pode ser mensurada a partir dos dados censitários, estabelecendo diferenças entre as pessoas que realizam mobilidade pendular, segundo condição migratória, níveis educacionais, inserção socioocupacional e condição de ocupação do imóvel, este último como forma de avaliar a relação entre localização periférica destas pessoas que se movem diariamente e a aquisição de moradias.

O volume de pessoas que se movem diariamente no interior da Ride cresceu de 13.328, em 1980, para 132.909, em 2000.³⁵ Os dados referentes às pessoas que declararam como local de trabalho ou estudo outras UFs foram desprezados por representarem menores possibilidades de se configurarem em movimentos diários, em função das distâncias a serem percorridas.

Alguns municípios de base econômica agropecuária, não diretamente atingidos pelo processo de expansão do DF, estabelecem fluxos pendulares com municípios vizinhos, ainda que com menor intensidade se comparados com o fluxo predominante entre o DF e o *Entorno Imediato*. É o caso, por exemplo, dos municípios de Água Fria de Goiás, Corumbá de Goiás e Pirenópolis, onde a população que realiza mobilidade pendular em direção a outros municípios de Goiás é predominante, representando em 2000, respectivamente, 91,5%, 50% e 77% do total. Outros, como Mimoso de Goiás e Cabeceiras, têm como principal local de trabalho ou estudo da população que realiza movimentos diários os demais municípios do entorno, embora, neste caso, a participação de Brasília como destino desta população seja bastante próxima da observada para o fluxo principal. No entanto, é preciso salientar que, nos dois casos, esses volumes são muito pequenos.

Das 132.914 pessoas que se movem diariamente no interior da região, 119.916 (90,2%) deixam municípios localizados no *Entorno Imediato* em direção ao Distrito Federal, onde estão concentrados os empregos e as possibilidades de geração de renda.

Grande parte da população em movimentos pendulares já realizou algum movimento migratório em direção ao atual município de residência.

Cerca de 42,4% do total das pessoas que realizavam movimentos pendulares, em 2000, tinham menos de cinco anos de

³⁴ Neste item, os dados sobre os fluxos pendulares foram analisados agregados para os três recortes espaciais (DF, Entorno Imediato e Entorno Distante), em função dos desmembramentos de municípios ocorridos no período entre 1980 e 2000.

³⁵ Infelizmente os dados censitários não permitem medir os fluxos pendulares entre as Regiões Administrativas de localização periférica e o Plano Piloto, o que certamente elevaria os volumes verificados.

residência no município em que residiam e, destas, 50,3% declararam como residência, em 31/07/1995, o Distrito Federal, como era esperado.

Desagregados para os diferentes recortes espaciais, os dados revelam que 58,5% das pessoas que residem no *Entorno Imediato* e que residiam há menos de cinco anos no município, que fazem este movimento diário, vieram do DF. No entanto, na comparação com dados de 1980, observa-se que a proporção de pessoas que realizam movimentos diários em direção a Brasília, residem no *Entorno Imediato* e declararam residência anterior no Distrito Federal diminuiu de 72,3% para 59,3%, em 2000.

Essa redução da participação dos emigrantes do DF em relação às pessoas que realizam mobilidade pendular ocorre devido ao aumento dos fluxos interestaduais no total da migração em direção ao *Entorno Imediato*.

Apesar de o Distrito Federal continuar concentrando as oportunidades de emprego e geração de renda, os municípios do *Entorno Imediato*, principalmente Novo Gama, Cidade Ocidental e Valparaíso de Goiás, vêm aumentando suas participações como receptores de pessoas que realizam mobilidade pendular, recebendo 32% dos residentes em Brasília que realizam este movimento, mais especificamente nas Regiões Administrativas do Gama e de Santa Maria, cujas distâncias são menores em direção a estes municípios do que para as regiões onde se concentram os empregos no DF (como o setor comercial sul no Plano Piloto ou o centro da Região Administrativa de Taguatinga, por exemplo).

Considerações finais sobre a mobilidade e a estruturação intra-urbana na Ride

O contingente migratório, com intensidade não prevista no projeto inicial de ocupação do território, alterou completamente o ritmo esperado de ocupação. A capacidade de resistir aos constantes processos de expulsão demonstrada por aquele contingente, seja o arbitrário, através da política de remoção, seja o espontâneo,

por meio da valorização imobiliária, se constitui em fator decisivo para o processo de expansão da ocupação urbana e para a conformação do entorno regional. A capacidade de articulação e reivindicação de alguns segmentos populacionais muitas vezes gerou a reversão da lógica da atuação estatal, alterando, assim, o perfil da segregação socioespacial e da distribuição da população no espaço urbano.

As características sociodemográficas deste contingente populacional, tais como estrutura etária, composição familiar, acesso à renda, acesso à educação, entre outras, tiveram papel preponderante no processo de segregação e na configuração socioespacial resultante do processo de ocupação e de desenvolvimento urbano na região.

O processo de formação e consolidação da Ride, na década de 80, foi fortemente influenciado pela expansão da mancha urbana do DF. Os movimentos migratórios regionais confirmam esse processo, no qual a migração intrametropolitana adquire expressão no total dos fluxos migratórios, ainda que os fluxos interestaduais continuem predominantes.

Em síntese, pode-se concluir que a intensidade e a direção da migração intrametropolitana na Ride estão intimamente relacionadas ao processo de expansão da mancha urbana do Distrito Federal, em continuidade à expansão, com as mesmas características, no interior do quadrilátero. A oferta de moradias ao longo dos eixos de crescimento periférico, principalmente na direção sudoeste, foi sem dúvida o principal condicionante para a formação do entorno regional, que surge como forma de atenuar as pressões por moradia dos segmentos menos favorecidos política e economicamente, contribuindo assim para a manutenção da ocupação seletiva das áreas mais centrais.

A ocupação deste entorno, constituída a partir da ocupação das porções do território de antigos municípios goianos, contíguas ao território do DF, ocorreu em função de dois processos diferenciados, mas que na verdade agiram de maneira articulada, sempre com o objetivo da manutenção da ocupação seletiva nas áreas mais centrais de Brasília.

O mercado imobiliário atuou especulativamente, através da oferta de parcelamentos nos municípios goianos limítrofes, antes mesmo da inauguração da nova capital, com a conivência do poder público (do DF e dos municípios goianos em questão, que, na ausência de dinamismo econômico que pudesse lhes assegurar crescimento, acreditavam ser esta uma forma de aumentar a arrecadação municipal) principalmente no município de Luziânia, constituindo o principal eixo de crescimento periférico, ao longo da BR 040 em direção aos Estados do Sudeste.

O governo, por sua vez, diante dos conflitos pela posse da terra urbana, gerados principalmente em função da pouca oferta de moradias para a população de baixa renda, reassentou a população das ocupações ilegais em regiões cada vez mais distantes das áreas centrais, prioritariamente na direção predominante do crescimento periférico (Eixo Sudoeste).

Com esse processo de ocupação, a migração intrametropolitana ganhou força, assumindo maior intensidade a partir da década de 80, tendo como fluxos predominantes os originados no DF em direção ao município goiano de Luziânia, que, devido ao rápido crescimento populacional, dividiu-se, dando origem aos demais municípios que integram o *Entorno Imediato*. Este contingente populacional em direção ao entorno, apesar de ser constituído por pessoas com menores possibilidades de auferir renda, em função da baixa qualificação (se comparadas com a população que ocupa a região central do DF), ainda está em melhores condições do que os não-migrantes residentes nesta região, o que demonstra que o processo de expulsão de população do Distrito Federal atingiu, no período mais recente, segmentos populacionais de idade ligeiramente mais avançada, com maiores níveis educacionais e em melhores posições na estrutura social.

Além de alimentar o processo de segregação socioespacial da população, a intensificação do fenômeno da migração intrametropolitana como resposta ao processo de estruturação intra-urbana, condicionada principalmente pela oferta de

moradias sem o desenvolvimento paralelo de atividades geradoras de emprego e renda nos municípios de destino, intensificou outra forma de movimentação populacional no interior da região: a mobilidade pendular.

Além da intensidade da concentração de empregos, a estrutura intra-urbana da região tem como especificidade a distância física entre o centro principal e as localidades e municípios periféricos, agravada pela ausência de ocupação entre eles, gerando maiores custos para o transporte público e grandes problemas para os deslocamentos.

Entre as contradições a serem enfrentadas pela gestão urbana na região, destacam-se a questão dos conflitos gerados pela propriedade da terra destinada ao uso urbano e a ilegalidade na ocupação intra-urbana. A ausência de solução na definição da estrutura fundiária, relacionada à não conclusão do processo de desapropriação das terras que deram origem ao Distrito Federal, tem contribuído de forma indiscutível para a atuação de grileiros e especuladores, o que propicia a ocorrência de loteamentos ilegais e condomínios rurais, fazendo com que a resolução desses problemas se torne inviável em termos jurídicos.

Além da multiplicidade de regimes de posse, o rígido controle da ocupação do solo destinado às atividades urbanas, por parte da Terracap, tem alimentado o processo de valorização das áreas urbanizáveis, o que gera novos processos especulativos e valorização excessiva das terras já urbanizadas.

O não atendimento da inesgotável demanda por moradias, provocada pelo crescimento urbano, que, apesar do arrefecimento na década de 80, deu indícios de novo dinamismo na década de 90, inclusive em função da manutenção da intensidade dos fluxos migratórios para a região nessa última década, gera novas ocupações em áreas centrais, demandando soluções que não alimentem o crescimento periférico.

A questão do emprego assume particularidades que agravam o processo de exclusão da população periférica. A

economia regional baseia-se nas transferências de rendas, conformando um grande mercado consumidor. A elevada renda que potencializa esse mercado consumidor não provém de uma inserção produtiva regional, mas sim da ocupação de parte da população na administração pública, gerada em função dos altos salários pagos ao funcionalismo federal.

Resta à população não inserida nessa categoria funcional, principalmente aquela residente nas localidades periféricas, a busca pela apropriação de parte dessa renda através de atividades terciárias, seja via mercado de trabalho formal, seja nas múltiplas atividades informais que se proliferam.

Diante desse quadro, o crescimento do desemprego assume maiores proporções

na região, principalmente devido à redução dos empregos públicos, como resultado da crise fiscal que o Estado enfrenta.

A evolução crescente do desemprego na região tem evidenciado a insuficiência da economia local na geração de postos de trabalho. O crescimento populacional, mais especificamente o da PEA, associado à retração na oferta de empregos, vem se traduzindo num quadro social problemático com tendências agravantes.³⁶

Nesse sentido, a dinamização econômica do entorno, com novas possibilidades de diversificação de atividades econômicas que possam gerar emprego e renda, é de extrema importância para a redução das desigualdades socioespaciais e para a solução dos problemas causados pelo crescimento periférico.

Referências bibliográficas

ANJOS, R.S.A. **Modelagem dos processos espaciais formadores da dinâmica do DF do Brasil**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1996.

BALTAR, P., DEDECCA, C. e HENRIQUE, W. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. In: OLIVAEIRA, C. e MATTOSOS, L. (Orgs.). **Crise e trabalho no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1996.

CAIADO, M.C. **Estruturação intra-urbana e contrapartidas sociodemográficas: a diferenciação socioespacial da população na região do Distrito Federal e entorno**. Tese de doutorado. Campinas: IFCH/Unicamp, 2004.

CARVALHO, J.A.M. e RIGOTTI, J.I.R. Análise das metodologias de mensuração das Migrações. ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO. **Anais...** Curitiba, Ipardes/Funuap, 1998.

GUIMARÃES, E.N.; LEME, H.J. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. In:

HOGAN, D.J.; CARMO, R.L.; CUNHA, J.M.P.; BAENINGER, R. (Orgs.). **Migração e ambiente no Centro-Oeste**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2002.

HOGAN, D. (Coord.). Um breve perfil ambiental da Região Centro-Oeste. **Migração e ambiente no Centro-Oeste**. Campinas: Núcleo de Estudos de População, Unicamp, Pronex, 2002.

HOLANDA, F., MOTA, A.N.P., SOARES L. e GARCIA, P.M. **Brasília já nasceu excêntrica?** Brasília: Departamento de Arquitetura e Urbanismo, UBN, 2000.

HOLSTON, J. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

IPEA. **Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano**. Brasília: Relatório de pesquisa, n.2, 2001.

MARCUSE, P. Dual city: a muddy metaphor for quartered city. **International Journal Urban and Regional Research**, n. 14, p. 697-708, 1987.

³⁶Segundo os dados da PED para julho de 2003, a taxa de desemprego era de 23% da PEA, sendo o volume de desempregados estimado em 263,1 mil pessoas.

PAVIANI, A. **Movimentos populares em Brasília**. Brasília: Editora UNB, 1991 (Coleção Brasília).

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

ROCHA, S. Renda e pobreza nas metrópoles brasileiras. In: RIBEIRO, L.C. de Q. e SANTOS Jr., O.A. (Orgs.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

SASSEN, S. **The global city**: New York, London, Tokyo. 2ª ed. New Jersey: Princeton University Press, 2001.

VAN KEMPEN, R.; MARCUSE, P. A new order in cities. **American Behavioral Scientist**, v. 41, n. 3, p. 285-298, nov./dez., 1997.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, Lincoln Institute, 2001.

Abstract

Intraurban structuring in the Brazilian Federal District and surrounding region: mobility and socio spatial segregation of the population

The objective of this article is to evaluate changes in the distribution and spatial mobility of a population, changes which can be associated with the process of urbanization and with the intra-urban structuring in the RIDE Region (Integrated Development Region of the Brazilian Federal District). This large area includes not only the Federal District itself, but other nearby municipalities belonging to the states of Goiás and Minas Gerais as well. Specific characteristics related to the process of economic development, territorial occupation and urban administration, are discussed, aspects that distinguish it from the other large urban areas in the country and from the so-called metropolitan areas, especially in aspects related to the possibilities of the influence of the states on urban administration, due to the peculiarities of the process of the territorial occupation of the Federal District. The Federal District began expanding in the 1950s as a planned city destined to be a center of development as well as the seat of the Federal Government. These specific characteristics, however, were unable to promote any equal appropriation of different areas in the urban space, causing the socio-spatial configuration of the RIDE to resemble those found in general in the other urban regions in the country, especially concerning the inequalities in the socio-spatial distribution of the population.

Key words: Intraurban mobility. Spatial distribution of the population. Urban structuring.

Recebido para publicação em 17/05/2005.

Aceito para publicação em 14/10/2005.